



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

JACKS DE MELLO ANDRADE JUNIOR

**AS CORES DA MÍDIA: A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO
CAMINHO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NA IMPRENSA DO
AMAPÁ**

MACAPÁ
2018

JACKS DE MELLO ANDRADE JUNIOR

**AS CORES DA MÍDIA: A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO
CAMINHO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NA IMPRENSA DO
AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Eugénia da Luz Silva Foster

Macapá
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Bibliotecária: Thalita Ferreira (CRB2 - 1557)

305.89098116

A553c Andrade Junior, Jacks de Mello.

As cores da mídia: a educação das relações étnico-raciais como caminho para a promoção da igualdade racial na imprensa do Amapá / Jacks de Mello Andrade Junior.; orientadora, Eugénia Luz da Silva Foster. – Macapá, 2018. 101 f.

Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

1. Relações étnico-raciais - Educação. 2. Comunicação - Amapá. 3. Racismo. 4. Igualdade racial. I. Foster, Eugénia Luz da Silva, orientadora. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

JACKS DE MELLO ANDRADE JUNIOR

**AS CORES DA MÍDIA: A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO
CAMINHO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NA IMPRENSA DO
AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Eugénia da Luz Silva Foster

Aprovado em: 12/03/2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Eugénia da Luz Silva Foster
Orientadora (MDR)

Prof. Dr. Yurgel Pantoja Caldas
Examinador Interno (MDR)

Prof.^a Dr.^a Roberta Scheibe
Examinadora Externa (Jornalismo UNIFAP)

MACAPÁ
2018

Dedico este trabalho ao meu pai, Jacks, que, se estivesse entre nós, estaria feliz; à minha mãe, Anna, e à minha esposa, Lorena, companheira de vida. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois creio que vim para o Amapá por Sua vontade, e as vitórias aqui são bênçãos se concretizando. Espero ser instrumento em Suas mãos.

Agradeço, em especial, à minha orientadora, professora Eugénia Foster, que acreditou nesta ideia de pesquisa e, principalmente, confiou na minha capacidade de executá-la. Agradeço por toda compreensão, orientação e parceria neste trajeto. Tenho certeza de que perco uma excelente orientadora, mas ganho uma grande amiga. Obrigado!

Agradeço ao Prof. Yurgel Caldas e à Profa. Roberta Scheibe por fazerem parte da banca de avaliação desta dissertação, por toda atenção e dedicação na correção deste trabalho.

Agradeço aos alunos do curso de Jornalismo na UNIFAP e da Estácio, que participaram deste projeto de pesquisa como voluntários e proporcionaram as análises e depoimentos ricos que todos poderão desfrutar agora. Obrigado pela confiança!

Agradeço, de forma muito especial, ao professor e amigo Aldenor Benjamim, que me ajudou e incentivou a iniciar este mestrado. Agradeço pela revisão e conselhos no projeto inicial, e, principalmente, pela disposição e boa-vontade em me ajudar nos estudos para a prova teórica. Naquele domingo, aprendi mais sobre a história da Amazônia e de seu povo do que em todas as leituras que fiz. Obrigado!

Agradeço ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional pelo apoio institucional à realização deste trabalho.

Agradeço à Faculdade Estácio de Macapá por todo apoio estrutural para a realização das pesquisas necessárias à conclusão deste trabalho.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para este conteúdo estar concluído agora.

Obrigado a cada um de vocês!

“Eu cheguei cheio de argumentos contra essa ideia de que existe racismo, mas durante o curso eu fui tendo oportunidade de abrir minha visão e esclarecer muita coisa. Fui tirando as vendas dos olhos. Eu me perguntei: O que que eu tô fazendo?”
(Depoimento de um aluno ao final da pesquisa)

RESUMO

O processo de comunicação em uma sociedade está diretamente ligado aos processos culturais, uma vez que viabiliza tanto a manutenção quanto as mudanças culturais de um povo. Nessa perspectiva, a comunicação encontra-se profundamente relacionada às mudanças sociais, uma vez que ela apresenta um potencial significativo para influenciar, fortalecer ou ampliar os diversos movimentos sociais, incluindo a luta contra o racismo. Nesse sentido, os meios de comunicação podem, de acordo com sua capacidade de informar a população, e devem, de acordo com sua função social, contribuir para que o racismo seja reconhecido e combatido pela sociedade de forma a cessar o processo de exclusão e marginalização social e econômica do negro. Mas não é o que acontece na prática do jornalismo brasileiro, conforme apontam pesquisas na área. A presente pesquisa tem como objetivo geral, analisar como a Educação das Relações Étnico-Raciais pode contribuir para mudar esse cenário e incentivar a promoção da igualdade racial na imprensa do estado do Amapá. Para tanto, a pesquisa se apoia na metodologia colaborativa, realizando uma intervenção apoiada na pedagogia construtivista junto a acadêmicos de Jornalismo de Macapá (AP). Os resultados obtidos a partir dessa intervenção atenderam aos objetivos propostos, uma vez que foi possível observar a desconstrução de conceitos prévios e a mudança de comportamento nos sujeitos pesquisados.

Palavras-chave: Comunicação. Jornalismo. Educação. Racismo.

ABSTRACT

The process of communication in a society is directly linked to cultural processes, since it enables both the maintenance and the cultural changes of a people. In this perspective, communication is deeply related to social change, since it has significant potential to influence, strengthen or broaden the various social movements, including the fight against racism. In this sense, the media can, according to their capacity to inform the population, and, according to their social function, contribute to the recognition and combat of racism by society in order to stop the process of exclusion and marginalization social and economic development of the black people. But it is not what happens in the practice of Brazilian journalism, according to research in the area. This research aims to analyze how the Ethnic-Racial Relations Education can contribute to change this scenario and encourage the promotion of racial equality in the state of Amapá. For this, the research is based on collaborative methodology, performing an intervention supported in the constructivist pedagogy with academics of Journalism of Macapá (AP). The results obtained from this intervention met the proposed objectives, since it was possible to observe the deconstruction of previous concepts and the behavior change in the subjects studied.

Keywords: Communication. Journalism. Education. Racism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Metodologia Adotada	14
1.1.1	<i>Público</i>	17
1.1.2	<i>Instrumentos de pesquisa</i>	17
1.2	A relação entre o Pesquisador e a Pesquisa	18
2	COMUNICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DISCRIMINAÇÃO RACIAL: RELAÇÕES E REFLEXÕES	21
2.1	Reflexões sobre o conceito de desenvolvimento	21
2.1.1	<i>Desenvolvimento social e liberdade</i>	22
2.2	Desenvolvimento e discriminação racial	24
2.2.1	<i>Um olhar sobre Macapá</i>	31
2.3	Comunicação e desenvolvimento regional	35
2.3.1	<i>A Teoria Crítica na comunicação</i>	36
2.3.2	<i>A Indústria Cultural e a manutenção do sistema capitalista</i>	37
2.3.3	<i>Jornalismo e as contribuições para o desenvolvimento regional</i>	38
3	A MÍDIA E A REPRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS RACISTAS NO BRASIL	44
3.1	O negro representado como mercadoria no Brasil escravocrata	46
3.2	A mídia atual e o reforço dos estereótipos sobre o negro	47
4	A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO CAMINHO PARA DESCONSTRUÇÃO DE CONCEITOS E DE ESTEREÓTIPOS RACISTAS	60
4.1	Seleção dos participantes	63
4.2	Estrutura da ação	65
4.2.1	<i>Diagnóstico inicial de percepção do grupo quanto à pessoa negra e ao racismo</i>	65
4.2.2	<i>Apresentação de informações e mediação de discussões visando à desconstrução de conceitos</i>	75
4.2.3	<i>Diagnóstico final de percepção do grupo quanto à pessoa negra e ao racismo</i>	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	96

1 INTRODUÇÃO

Enquanto professor do curso de graduação em Jornalismo na Universidade Federal do Amapá (novembro de 2015 a novembro de 2017) e Faculdade Estácio de Macapá (desde março de 2017), professor do curso de pós-graduação *lato sensu* em Mídias na Educação (Universidade Federal do Amapá) e em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais (Faculdade Estácio) e pesquisador das inter-relações entre as áreas de Comunicação e Educação, este pesquisador desenvolveu o presente trabalho com intuito de estudar como a Educação pode interferir no comportamento de jornalistas no estado do Amapá com relação a um tema extremamente sensível e necessário: a igualdade racial.

Como um pesquisador branco, graduado em Comunicação Social (Jornalismo) e especialista em Comunicação e Marketing, com raízes familiares originadas da junção português/índio e negro/índio, educado a acreditar que não existe racismo no Brasil como uma forma de legitimar a prática desse mesmo racismo, essa temática envolve uma desconstrução e evolução pessoais, acadêmicas e profissionais. Nesse sentido, a escolha do presente campo de estudo traduz uma caminhada de descobertas e inquietações.

Para entender a situação atual do negro no Brasil, primeiro é necessário saber como se constituiu sua história no país.

Torna-se impossível não mencionar a importância que o negro teve para a sociedade brasileira, não sendo necessária uma observação tão detalhada para ver os traços herdados da população negra. Sabe-se que a vinda dos negros para o país ocorreu em condições desumanas, e que seu papel era atender a todas as atividades do dia a dia, seja nas plantações, nas manufaturas, no comércio ambulante, nas lojas, na criação de gado, nos serviços domésticos, nas oficinas, entre outros (FIGUEIREDO, 2014).

Com o fim da escravidão no Brasil, em 1888, e a campanha de incentivo de imigração de mão de obra europeia pelo governo, os negros, agora livres, passaram a desempenhar funções subalternas, já que, diante das barreiras que lhes foram impostas, apenas poucos conseguiam educar-se, ascender nos negócios e prosperar.

Na maioria dos casos, os ex-escravos passaram a habitar áreas urbanas periféricas, em razão de terem sido excluídos geograficamente e expostos ao preconceito racial, o que disseminou os cortiços e as favelas (FIGUEIREDO, 2014):

Como consequência de todo esse processo de escravidão e marginalização pós escravidão, o negro permaneceu na sociedade brasileira por muito tempo ocupando uma situação de risco social e vulnerabilidade diante do intenso preconceito com que foram tratados (FIGUEIREDO, 2014, p. 4).

Existe, sim, racismo no Brasil. Mas, ainda hoje, essa afirmação é discutida, na tentativa de sustentar o “mito da democracia racial” (MUNANGA, 2004) em nosso país. Aqueles que admitem a existência do racismo citam os vários casos de atitudes discriminatórias ocorridos cotidianamente em diversos setores da sociedade. Já os que não admitem a existência de discriminação racial no Brasil, fundamentam sua posição no fato de que o país abriga um grande número de mestiços e que a verdadeira discriminação considera a classe social do indivíduo e não a cor de sua pele (LOBO, 2008).

A simples existência dessa dúvida, apesar dos diversos estudos e pesquisas que demonstram a vulnerabilidade socioeconômica do negro no Brasil, aponta para o perigo dessa situação, conforme explica a procuradora de Justiça e representante do Conselho Nacional do Ministério Público, Maria Bernadete Figueroa: “o racismo é um grande desconhecido do povo brasileiro e das instituições deste país. As pessoas não conhecem o conceito e, por isso, acham que ele nem existe” (PNUD, 2015). Ainda segundo Figueroa, conhecer e admitir a existência da discriminação racial é fundamental para identificar os mecanismos institucionais que determinam a reprodução do racismo no Brasil.

Diante dessa realidade, pesquisadores como Pedrinho Guareschi (1991) apontam que um dos caminhos para solucionar essa questão e conscientizar a sociedade sobre a prática do racismo passa pela utilização dos meios de comunicação social. Segundo o autor, estudos acerca da influência dos meios de comunicação na sociedade são extremamente relevantes, uma vez que a comunicação perpassa e encontra-se presente em vários espaços e dimensões da realidade atual.

Nesse sentido, é fundamental compreendermos a relação entre ideologia e os meios de comunicação na sociedade:

Diferentemente de Hall, Marx não fala em ideologias como representações possíveis da realidade por um grupo, que dão sentido às suas práticas, mas como uma forma específica de distorção da realidade através de uma representação específica, que mascara as contradições destas práticas, resolvendo na subjetividade e no discurso as frustrações que não encontram solução objetiva, legitimando e mascarando por esta via, na prática e no discurso, as contradições desta realidade “invertida” (SCHNEIDER, 2006, p. 55).

Dentro dessa perspectiva, confundindo-se com a ideologia, a partir do conceito defendido por Marx, na medida em que é o principal veículo de sua materialização, a Comunicação também se insere nos processos culturais, tornando-se um dos principais meios, tanto para manutenção quanto para mudanças culturais. Nesse cenário, a comunicação encontra-se profundamente relacionada às mudanças sociais, uma vez que apresenta um potencial significativo para influenciar, fortalecer ou ampliar os diversos movimentos sociais.

Nesse sentido, os meios de comunicação do país podem, de acordo com sua capacidade de informar a população, e devem contribuir para que o racismo seja reconhecido e combatido pela sociedade de forma a cessar o processo de exclusão e marginalização social e econômica do negro. Mas não é isso que acontece na prática.

É o que aponta o estudo “Imprensa e Racismo: uma análise das tendências da cobertura jornalística”, desenvolvido pela ANDI¹, organização da sociedade civil que atua no Brasil desde 1990 nas áreas de Infância e Juventude, Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação. O estudo, além de ter o respaldo da ANDI, organização idônea com atuação de referência na sociedade brasileira, contou com apoio da Fundação Ford e Fundação W. K. Kellogg, reforçando a confiabilidade em seus resultados.

Para subsidiar o estudo (ANDI, 2012), foi analisada a cobertura de 45 jornais impressos diários, sendo cinco de abrangência nacional (O Estado de S.Paulo, Correio Braziliense, Folha de S.Paulo, O Globo e Valor Econômico) e 40 de abrangência regional/local. A amostra cobriu o período de quatro anos de pesquisa, com publicações entre janeiro de 2007 e dezembro de 2010.

¹ <http://www.andi.org.br/pagina/saiba-mais-sobre-nossa-historia>

Dentre as conclusões obtidas no estudo, destacamos as seguintes:

Contrariando a tendência de outras coberturas temáticas, o noticiário sobre racismo é permeado por um volume significativo de conteúdos opinativos. E a maioria desses espaços comporta posicionamento majoritariamente contrário ao sistema de cotas raciais, por exemplo. [...] Há uma clara desvinculação entre as violências físicas praticadas contra a população negra e o debate sobre seu contexto primordial de produção – ou seja, a violência simbólica do racismo. (ANDI, 2012, p.16)

O estudo ainda aponta que, dentre todas as notícias veiculadas no período analisado, dentre os jornais de abrangência nacional, somente 31% trazem alguma relação com a temática do negro, não sendo avaliada a abordagem do tema neste caso. Ao se analisar esse percentual relacionado às regiões brasileiras, o resultado é ainda mais preocupante com relação à região Norte, na qual se integra o estado do Amapá. Nesse caso,

Quando se compara o desempenho quantitativo entre as regiões, verifica-se a liderança do Nordeste, responsável por 24,9% dos textos da amostra, seguido pelo Sudeste, com 17,4%. Em último lugar está a Região Norte, que responde por apenas 3,9% das notícias analisadas (ANDI, 2012, p. 18).

O estudo ainda destaca que o estado do Amapá é um dos menos mencionados quando o tema é ligado a questões raciais, sendo citado, em média, 2,5% das notícias analisadas no período de 4 anos (ANDI, 2012).

Esse contraste torna-se ainda maior ao analisarmos a proporção de negros no estado do Amapá, de acordo com o IBGE. São 78,9% da população total do estado (FRANCISCO, 2016), número muito superior ao nacional, 53,6% (IBGE, 2015).

Por esse motivo, estudos dessa natureza, como a presente pesquisa, mostram-se extremamente necessários para a promoção da consciência social sobre o racismo no Amapá, para a ampliação da participação positiva do negro na mídia e para os avanços das pesquisas acadêmicas sobre o racismo no estado e no país.

Com uma proposta colaborativa, este trabalho desenvolveu uma intervenção baseada nos princípios da pedagogia construtivista, voltada a estudantes de Jornalismo no estado do Amapá, em forma de curso de extensão abrigado pela

Faculdade Estácio de Macapá, instituição na qual este pesquisador exerce a função de professor nos cursos de graduação em Jornalismo e Publicidade e Propaganda. A partir dessa intervenção, que trabalhou elementos sobre as relações étnico-raciais no Brasil e a importância do jornalismo para a promoção da igualdade racial na sociedade, os participantes produziram matérias jornalísticas que proporcionaram elementos para análise da construção do conhecimento obtido durante o curso de extensão.

Isto posto, e considerando a histórica vulnerabilidade dos negros no Brasil, resultado de heranças como escravidão, colonização e discriminação; considerando ainda que a população do estado do Amapá é composta majoritariamente por negros, 78,9% (FRANCISCO, 2016); e considerando a função social dos veículos de comunicação e sua influência na formação da opinião pública, temos como pergunta que norteou esta pesquisa: Como a Educação das Relações Étnico-Raciais pode contribuir para a superação do racismo e a promoção da igualdade racial na imprensa do Amapá?

O objetivo geral deste trabalho foi analisar as possibilidades teórico-metodológicas no campo da Educação das Relações Étnico-Raciais enquanto caminho para a superação do racismo e promoção da igualdade racial na imprensa do Amapá.

E os objetivos específicos foram refletir sobre os diálogos entre as áreas de Comunicação e Educação na promoção do Desenvolvimento Regional; analisar a situação do negro no Brasil e o comportamento da mídia com relação à questão racial no país, além de compreender como a Educação pode colaborar para a promoção da igualdade racial na imprensa do estado do Amapá.

1.1 Metodologia Adotada

Esta é uma pesquisa qualitativa, que, segundo Goldenberg (2004), é utilizada por cientistas que são, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de suas pesquisas, e procuram compreender valores humanos, só observados dentro de um contexto, como crenças, sentimentos e emoções.

Para Minayo (1998, p. 21), “a pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Nesse caminho, em uma primeira fase, realizamos atividade de natureza exploratória, que, de acordo com Triviños (1995), é um recurso metodológico que possibilita ao investigador aumentar sua experiência e informação em torno do fenômeno a ser investigado, buscando maiores conhecimentos para, em seguida, planejar uma pesquisa de natureza descritiva ou experimental.

Nessa fase, identificamos autores e pesquisadores que abordam a temática racial relacionada às práticas da mídia no Brasil, com objetivo de identificar estudos que analisam o comportamento dos meios de comunicação, sobretudo da imprensa, com relação ao racismo no país. Também realizamos pesquisa no sentido de identificar os principais teóricos e estudiosos das Relações Étnico-Raciais, da Comunicação Social, da Educação e do Desenvolvimento Regional.

Ainda nessa fase, realizamos uma revisão bibliográfica do material encontrado, com intuito de reunir e organizar fundamentos teóricos e científicos que serviram de base para o estudo desenvolvido, através da discussão entre pensadores e pesquisadores das áreas elencadas neste estudo.

Durante a experiência como professor do curso de graduação em Jornalismo na Universidade Federal do Amapá e da Faculdade Estácio de Macapá, ministrando disciplinas ligadas à prática profissional, em caráter teórico-prático, tive a oportunidade de observar o comportamento desses alunos dentro da temática proposta nesta pesquisa.

Essa observação me possibilitou constatar, enquanto professor e pesquisador, que a quase totalidade dos alunos tende a reproduzir estereótipos que reforçam a discriminação racial do negro dentro de suas produções jornalísticas.

Temas sobre política, cultura, sociedade e cidadania foram propostos para embasar as atividades de produção jornalística e o que se percebeu foi a facilidade com que esses alunos repetem termos e pensamentos comuns na imprensa brasileira, carregados de estereótipos sobre o negro.

A partir dessa observação, optamos por seguir uma metodologia colaborativa em nosso trabalho de pesquisa, com intuito de oferecer os fundamentos teóricos e reflexivos que acreditamos serem necessários para a construção de conhecimento que possibilite a mudança que desejamos no jornalismo amapaense.

Nesse sentido, é importante trazer o que ensina Minayo, para quem a

[...] realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recordados são incapazes de a conter. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações. (MINAYO, 1998, p. 15).

Imbuídos nesse pensamento, essa fase da pesquisa fundamentou-se na prática colaborativa. De acordo com Lacerda (2014),

A pesquisa colaborativa tem por premissa o envolvimento dos sujeitos na questão investigada, articulando dois elementos: a formação e investigação. O problema vai sendo redefinido no contexto de acordo com as demandas e inquietações pedagógicas. A função do pesquisador da universidade se define em mediar os encontros, provocar discussões no grupo, orientar o processo formativo, atentando para o rigor metodológico da pesquisa. (LACERDA, 2014, p. 5332).

Nesse sentido, atendendo ao objetivo principal desta pesquisa, no sentido de verificar como a Educação das Relações Étnico-Raciais pode influenciar na prática jornalística com objetivo de estimular um comportamento socialmente responsável quanto à superação do racismo e promoção da igualdade racial na imprensa, foi realizado um curso de extensão pela Faculdade Estácio de Macapá.

Inicialmente, tentamos registrar o curso pela Universidade Federal do Amapá. Porém, devido ao fechamento da universidade para aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas datas programadas para a realização dos encontros em sala de aula, tivemos que buscar outra possibilidade.

A Faculdade Estácio de Macapá recebeu a proposta de forma positiva e proporcionou todo suporte necessário para a realização das atividades em suas instalações.

O curso de extensão contou com o seguinte formato:

Duração: 20 horas/aula mais 20 horas de trabalho de campo.

Dias: **28/10** (sábado) – 13h às 18h; **04/11** (sábado) – 08h às 13h; **11/11** (sábado) – 08h às 13h; **18/11** (sábado) – 08h às 13h.

Conteúdo:

- Diagnóstico inicial de percepção sobre o racismo.
- Mito da democracia racial.
- Teorias e pensamentos sobre racismo.
- Mídia e Racismo.
- Estereótipos.
- A representação e o espaço do negro na imprensa.
- Oficina: Produção de matéria jornalística envolvendo o negro no estado do Amapá, com objetivo de verificar a aplicação do conhecimento construído durante o curso na prática do jornalismo.

1.1.1 Público

Estudantes do curso de graduação em Jornalismo da Universidade Federal do Amapá e da Faculdade Estácio de Macapá.

1.1.2 Instrumentos de pesquisa

No início do curso, foram realizadas atividades que pudessem contribuir para a manifestação de pensamento dos alunos sobre questões ligadas à população negra e ao racismo.

Ao final do curso, os participantes foram incentivados a comentarem e avaliarem a sua participação durante o processo, buscando demonstrar sua percepção atual sobre as questões ligadas à população negra e ao racismo.

Assim, objetivou-se identificar se houve mudança de pensamento e construção de conhecimento a partir da intervenção da Educação Étnico-Racial nesta proposta colaborativa.

Outro elemento de análise foram as matérias jornalísticas produzidas como atividade final do curso de extensão. Pretendeu-se analisar, a partir das produções, se as informações fornecidas e a interferência da Educação Étnico-Racial provocaram mudanças de comportamento na prática profissional do jornalismo em cada participante.

Por fim, todas as manifestações dos participantes durante as 20 horas do curso proposto foram observadas por este pesquisador, que, enquanto professor, foi

o responsável por conduzir o referido curso de extensão como ferramenta de pesquisa colaborativa fundamental à conclusão deste projeto.

Perguntas, ações, inações, emoções, comportamentos, comentários... tudo foi observado enquanto informação pertinente à análise desta pesquisa.

Na análise dos dados coletados em todas as fases desta pesquisa, utilizamos o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (apud TRIVIÑOS, 1995, p. 160), que consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

1.2 A relação entre o Pesquisador e a Pesquisa

Eu cresci em uma família racista. Mas não um racismo declarado, direto. Porque no Brasil pensa-se que há níveis de racismo, classificações. Nessa lógica, existiria um racismo ruim, que agride, e um racismo leve, inofensivo. E assim eu aprendi desde a infância: Que não éramos racistas, os pretos é que eram diferentes, mas não gostavam de ser. Por isso, os comentários eram todos ditos baixinho, ao pé do ouvido. “O cabelo dela parece Bombril.” “Era uma crioulinha até bonita.” “Isso é serviço de preto.” “Eram tudo negrinho, mas eram gente boa.” “Ela foi casar com preto, agora as meninas têm cabelo ruim.”

Essas frases eram cotidianas na minha casa, mas nunca consegui aceitar ou reproduzir. Sempre me incomodavam. Só que acabei internalizando o pensamento que havia por trás disso tudo, o mais cruel e devastador no Brasil. Que não havia racismo. Negando a existência da opressão, como pode o oprimido reagir?

A ideia era muito simples e fácil de ser internalizada e reproduzida. Cômoda, na verdade. Mesmo sendo branco, algum antepassado meu foi negro. E assim seria com a quase totalidade dos brasileiros. Todos temos sangue negro nas veias. E isso faria de nós negros também! Pronto. É o passe que garante ao brasileiro o direito de ser racista.

Com esse ensinamento herdado de família, segui meu caminho pela adolescência e juventude sem aceitar as manifestações de racismo ao meu redor, mas sem enxergar a clara diferença com que brancos e negros eram tratados.

Nunca (NUNCA) sofri qualquer tipo de preconceito por minha aparência ou cor de pele. Mas, mesmo assim, continuava pensando que todos éramos negros e, por conta disso, discordando de qualquer ação reparadora ou afirmativa, como as cotas raciais nas universidades, por exemplo.

“Cotas sociais sim, mas raciais é injusto!” – exclamava em várias discussões sobre o tema. Nessa época, ainda não compreendia toda a privação social e econômica imposta aos negros no Brasil e os reflexos dessa privação em seu desenvolvimento atual. Mas a vinda para o Amapá e a oportunidade de cursar o Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá mudariam isso.

Antes de fazer a inscrição para o processo seletivo, antes de escolher qual linha de pesquisa seguir, uma conversa entre amigos durante o almoço chegou ao assunto das cotas na universidade. Mais uma vez, com a certeza que só a ignorância nos dá, repeti meus argumentos de que deveria haver somente cotas sociais. Porém, dessa vez, meus interlocutores lançaram argumentos inquietantes. “Você já pesquisou a composição racial da população mais pobre do Brasil?” Não. Nunca havia sequer pensado em fazer essa pesquisa, tamanha era minha convicção. “Pesquise e vai descobrir que os quatro séculos de escravidão levaram o negro a viver em uma situação desigual que perdura até hoje.” Foi quando percebi que minha opinião havia sido internalizada e eu nunca permitira investigar as informações que pudessem contrariá-la.

Foi um contato assustador com a realidade! Como tudo aquilo acontecia com os brasileiros negros e tantas pessoas ignoram? Como acreditar que somos todos negros no Brasil e que não há diferença racial? Esse despertar inquietante para todo um mundo de informações e pensamentos até então ignorados foi o combustível para minha decisão de linha de pesquisa e orientação no Mestrado.

Ao expor minha decisão a alguns amigos e familiares, veio o primeiro de muitos impactos. Como um branco se propõe a estudar o racismo? O que uma pessoa branca pode conhecer de racismo sem nunca ter sido discriminada pela cor de sua pele? Foram golpes duros para um início de pesquisa, mas extremamente necessários para minha afirmação enquanto pesquisador das relações étnico-raciais no Brasil. Ora, posso não ter vivido a opressão do racismo, mas fui educado como opressor e decidi negar e não reproduzir esse comportamento. Cresci com os argumentos do racismo velado e compreendo bem as raízes desse pensamento. A

consciência de minha história me permite um correto posicionamento enquanto pesquisador. Não é preciso ser negro para pesquisar o racismo. Só é preciso reconhecê-lo como real, cruel e danoso para o desenvolvimento no Brasil.

Ao iniciarem as aulas no mestrado, descobri que muitas pessoas ainda acreditam no que eu pensara durante todos esses anos. A cada apresentação do meu tema de pesquisa em sala, eu era confrontado por colegas e professores. E mal podia avançar na explicação da minha pesquisa, porque o tempo maior da apresentação acabava sendo para comprovar que existe, sim, racismo no Brasil, e que negros e brancos são, sim, tratados de maneiras diferentes.

Desse dia até agora foram diversos embates, críticas e provocações quanto ao tema racismo. E tudo isso colaborou para a construção de uma pesquisa sólida, abrangente e, o mais importante, convicta. Hoje posso afirmar, com a certeza trazida por todas essas experiências, que o racismo precisa ser pesquisado, discutido, combatido e, sobretudo, reparado no Brasil. Imediatamente. Quem sofre não pode esperar.

2 COMUNICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DISCRIMINAÇÃO RACIAL: RELAÇÕES E REFLEXÕES

Entender os fatores envolvidos no processo de desenvolvimento de uma sociedade é essencial para haver qualquer contribuição que o favoreça. Porém, essa não é uma tarefa fácil. Pretendemos, neste capítulo, provocar reflexões acerca desses fatores e apresentar as possíveis relações existentes entre Desenvolvimento Regional, Comunicação e Discriminação Racial, buscando entender como a comunicação pode influenciar o processo de desenvolvimento em uma sociedade.

As informações aqui apresentadas foram obtidas através de pesquisa do tipo bibliográfica, a partir de autores clássicos e autores contemporâneos, com intuito de proporcionar um raciocínio dialógico entre esses estudos.

É importante reforçar, para melhor entendimento das discussões propostas neste capítulo, que o autor é jornalista, graduado no ano de 2005, com cerca de 15 anos de prática profissional na área, mantendo interesse acadêmico em estudos que proporcionem análise crítica sobre os efeitos da Comunicação na sociedade, bem como sua interação com a área de Educação e os benefícios sociais advindos dessa relação.

Não pretendemos, de maneira alguma, esgotar qualquer tipo de discussão sobre esse tema, até porque, devido ao dinamismo social que envolve as questões ligadas ao desenvolvimento, à comunicação e à discriminação racial, nenhuma análise ou discussão nessa seara pode ser considerada definitiva.

Pretendemos, sim, fomentar o pensamento acadêmico para que se volte a essa inter-relação no intuito de estimular novos estudos que possibilitem maior entendimento e novas possibilidades de contribuição social a partir das conclusões que venham a ser encontradas.

2.1 Reflexões sobre o conceito de desenvolvimento

Desenvolvimento parece ser um termo simples de se explicar ou conceituar, mas, talvez por essa crença, a tarefa de conceituar seja tão complicada para diversos estudiosos da área. Nali Souza (2012) afirma que não existe um conceito para desenvolvimento aceito de maneira unânime. A primeira grande questão, segundo o autor, é diferenciar desenvolvimento de crescimento. Uma corrente de

economistas mais ligados ao estudo teórico considera desenvolvimento como sinônimo de crescimento. Outra corrente, voltada para a análise da realidade empírica, acredita que o crescimento é um fator necessário, mas não suficiente, para que haja o desenvolvimento.

Estes últimos economistas entendem que o crescimento é um conceito que vem da análise quantitativa de recursos, enquanto o desenvolvimento só é atingido se forem considerados, além do crescimento econômico, fatores qualitativos, proporcionando a melhoria da qualidade de vida de toda a população. Dessa forma, para haver desenvolvimento em uma sociedade, é preciso que haja crescimento econômico associado à melhoria em questões sociais, como saúde, educação, emprego, bem-estar, nível de consumo, índice de desenvolvimento humano, dentre outros fatores associados à qualidade de vida (SOUZA, 2012).

A partir do exposto, acreditamos ser mais abrangente e significativa a análise de desenvolvimento como algo além do crescimento econômico, uma vez que de nada adiantaria uma nação acumular riquezas se essas riquezas não contribuíssem para elevar a qualidade de vida de sua população.

Avançando nas reflexões sobre o conceito de desenvolvimento, é importante analisar o fato de que o termo “desenvolvimento” dificilmente aparece isolado em estudos e pesquisas. É comum encontrarmos diversos termos de qualificação ou restrição de sentido acompanhando a palavra “desenvolvimento”. Dessa forma, há expressões como “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento humano”, “desenvolvimento regional”, “desenvolvimento local”, “desenvolvimento social”, dentre muitas outras.

2.1.1 Desenvolvimento social e liberdade

Para a construção do presente estudo, é importante trazer o entendimento sobre desenvolvimento social, que, segundo Espírito-Santo, Oliveira e Ribeiro (2008), é um processo dinâmico, de conceituação complexa, redefinida a cada situação analisada, onde os índices sociais e econômicos são tidos como caminhos para se compreender uma realidade em dado momento, mas não figurando-se como único instrumento para análise de uma situação social.

Nesse sentido, os autores afirmam que soluções criativas para os problemas sociais apresentados devem ser buscadas coletivamente, uma vez que, para

entender o desenvolvimento social, o homem não deve ser visto somente como objeto de estudo, mas como ator participante do cenário social, dinâmico, e em constante movimento.

A partir desse pensamento, entendemos que os índices sociais e econômicos não são suficientes para se analisar ou mensurar o nível de desenvolvimento social de determinada população, sendo necessárias análises de fatores humanos que interferem na formação de cenários apontados por esses índices. É o caso das relações humanas, da influência dos meios de comunicação, dos processos de educação e das formas de discriminação e segregação praticadas por uma sociedade.

Amartya Sen (2000) traz valiosas contribuições a essa linha de pensamento. O autor, reconhecido com o Prêmio Nobel de Economia em 1998, demonstra em seu trabalho uma grande preocupação com a pobreza, justiça, fome, desigualdade social, ética e desenvolvimento. Nesse sentido, o autor postula que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos, e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2000, p.18).

Sen (2000) afirma ainda que, apesar do aumento global da riqueza, o mundo nega liberdades básicas à maioria das pessoas. Essa privação de liberdade muitas vezes associa-se à pobreza econômica, que impede pessoas de saciarem sua fome, obterem nutrição adequada, adquirirem medicamentos para tratar doenças, vestirem-se ou morarem adequadamente, terem acesso à água tratada e saneamento básico, por exemplo.

Em outros casos, a privação de liberdade se dá pela negação de serviços públicos e assistência social, como ausência de programas epidemiológicos, sistema eficaz de assistência médica, acesso à educação de qualidade, entre outros. Por fim, o autor ainda menciona a negação de liberdades políticas e civis por governos autoritários, além de restrições à liberdade de participação social, política e econômica em uma sociedade.

Dessa forma, segundo o autor, mesmo com crescimento econômico em índices elevados, não é possível atingir um estado real de desenvolvimento sem que essas liberdades individuais sejam garantidas à população. “A privação de liberdade

econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (SEN, 2000, p. 23).

2.2 Desenvolvimento e discriminação racial

Na base desta pesquisa, nós também adotamos uma perspectiva de desenvolvimento que considera a memória e história dos povos e comunidades, esquecidas pelas políticas públicas nacionais no âmbito de uma concepção de desenvolvimento capitalista e excludente.

A discriminação racial, de acordo com a Convenção Internacional para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial da ONU (Organização das Nações Unidas), que foi adotada pelo Brasil através do Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969, é definida, em seu artigo 1º, item 1, como

[...] qualquer distinção, exclusão restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública. (BRASIL, 1969, np).

Antes de prosseguirmos, cabe um esclarecimento inicial. Conforme pontua Sales Augusto dos Santos (2002), negras são as pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos e pesquisas demográficos, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto,

[...] a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum. (SANTOS, 2002, p.13).

Feito o esclarecimento, é importante destacar que a vulnerabilidade socioeconômica do negro no Brasil é histórica e se reforça a cada ano, apesar de hoje o negro representar a maioria da população brasileira. De acordo com a

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2014), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), a maioria da população brasileira é formada por negros – são 53,6% da população entre pardos (45%) e pretos (8,6%), totalizando quase 110 milhões (108.915.200) de brasileiros negros.

É importante citar que houve significativos avanços legais conquistados no Brasil, como a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010). Há também a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui “no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’” (BRASIL, 2008), e a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso em universidades e instituições federais, determinando, em seu Artigo 3º, que em

[...] cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012, np).

Porém, apesar dos avanços na legislação, a realidade da população negra no Brasil ainda é outra. De acordo com a Pesquisa realizada pelo IBGE (2015), mesmo os negros sendo a maioria da população brasileira, ao analisarmos a parcela da população mais rica do país, somente uma pequena fatia, de 17,4%, é composta por negros, enquanto 79,6% dos mais ricos do Brasil são brancos. Mas quando a pesquisa analisa a parcela mais pobre da população brasileira, formada pelos 10% da população total cuja renda média é de até R\$ 130,00 por pessoa da família, os negros são maioria, com 76% entre os mais pobres do país. Essa condição socioeconômica é explicada pela desigualdade de condições sociais apresentadas entre brancos e negros no Brasil, sobretudo quanto ao acesso à educação e ao mercado formal de trabalho.

Segundo o IBGE (2015b), somente 52,6% da população negra com idade entre 20 a 22 anos conseguiram concluir o ensino médio em 2014, contra 71,7% de

brancos. No mesmo ano, entre os negros com idade de 18 a 24 anos, apenas 45,5% estavam cursando o ensino superior, contra 71,4% de brancos na mesma idade. Importante ressaltar, que, apesar do baixo número de negros no ensino superior nessa faixa etária em 2014, houve um avanço significativo na última década, quando esse percentual era de 16,7% no ano de 2004 (IBGE, 2015b).

Acompanhando esses números, a discriminação racial também se apresenta no mercado de trabalho, onde o negro é a maioria na atuação informal (IBGE, 2015b). A lacuna entre o percentual de trabalhadores no mercado informal entre brancos e negros praticamente não se alterou nos últimos 10 anos. Em 2004, o percentual de brancos em trabalhos informais era 47,0%, enquanto entre negros o percentual era 62,7%. Em 2014, esses percentuais reduziram em 11,7 e 14,3 pontos percentuais, respectivamente, mas revelam que uma parcela expressiva da população negra (48,4%) ainda precisa buscar o mercado informal de trabalho para se sustentar (IBGE, 2015b).

Dessa forma, retomando os números trazidos pelo IBGE (2015), que mostram a situação de pobreza do negro no Brasil, fica evidente a existência da discriminação racial no Brasil.

É preciso atentar, conforme aponta Schuwarcz (2012), para a forma como a discriminação racial é apresentada em nosso país:

Ninguém nega que exista racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a 'outro'. Seja da parte que age de maneira preconceituosa, seja daquela de quem sofre com o preconceito, o difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar. (SCHUWARCZ, 2012, p. 31).

Nesse sentido, Fanon (2008) já alertava que o negro é vítima de uma ideologia que ignora sua cor e quer forçá-lo a buscar sua realização enquanto humano, somente dentro de um mundo branco. Ao ignorar sua cor, a sociedade dominante passa a negar o próprio racismo, dando espaço a práticas discriminatórias veladas, como vemos atualmente no Brasil. Segundo o autor, não existe comparação entre tipos de racismos, ações mais racistas ou menos racistas. Existe o racismo ou não existe. E enquanto essa evidência não for compreendida, o racismo velado ainda causará muitos problemas.

A partir desse entendimento, temos o chamado "mito da democracia racial", explicado por Kabengele Munanga (2004):

No Brasil, o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro. (MUNANGA, 2004, p.28).

O principal argumento daqueles que não reconhecem a existência do racismo no Brasil é a afirmação de que as discriminações sociais são motivadas por fatores financeiros, sem qualquer influência racial. Porém, como já demonstramos anteriormente neste trabalho, a herança histórica da exploração do negro no Brasil tem reflexos em diversas áreas, sobretudo no desenvolvimento econômico.

Os autores Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) explicam de forma direta essa questão, trazendo o conceito aristotélico de “lugar natural” e demonstrando que, dentro da configuração habitacional histórica das cidades, está clara a divisão entre lugar de branco e lugar de negro:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural no negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 15).

Nessa perspectiva, há uma tendência em tratar os bairros pobres como ocupações ou invasões de áreas urbanas, sendo constituídos por populações negras, afastadas do discurso urbanístico. Barreto (2010) enfatiza que apesar de não se ter mais os açoites e chicotes dos feitores como formas de castigo, as discriminações raciais, atividades de subemprego, o preconceito e os piores lugares para se morar acabam constituindo-se como uma nova forma de castigo.

Seguindo essa linha de raciocínio, Campos (2006) relata que as cidades não foram feitas para as classes mais pobres. Principalmente uma parcela significativa de afrodescendentes sofre com as carências urbanas, como transporte, habitação, educação, lazer, entre outros. E que o planejamento urbano nas cidades brasileiras

é ineficiente quanto ao fato de atender as necessidades das populações mais pobres.

Andrelino Campos (2005), em sua obra “Do quilombo à favela: A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro”, traz o pensamento do Estado sobre a questão racial na configuração do espaço urbano brasileiro após a abolição da escravidão:

O Estado, associado aos interesses das classes dominantes e acionando seu aparelho de repressão, definiu os diversos usos do solo urbano, excluindo parcelas significativas da população. No que diz respeito às classes mais pobres, compostas em sua grande parte por negros (libertos ou fugidos da escravidão), e que já se estabeleciam dentro e fora da cidade legal, no que CHALHOUB (1996) denominou “cidade negra”, foram vitimizadas na questão da formação sócio-espacial, impedidas de permanecer por longos períodos em uma parcela do solo urbano. (CAMPOS, 2005, p. 77).

Segundo a análise do autor, essa situação não se alterou com o passar dos anos, trazendo para a atualidade a segregação dos negros em favelas e espaços desestruturados, onde os direitos sociais e a cidadania não chegam até a população.

Assim como os negros escravos, que não tinham direitos civis, os favelados, enquanto favelados (reafirmando-se sua maioria como afrodescendentes), também não os têm, pois até os direitos mínimos, constitucionais, são literalmente ignorados pela sociedade. [...] Demonstrou-se que, historicamente, a segregação espacial, ou a discriminação étnica de um dado segmento social, é constituída para atender aos interesses de grupos socialmente dominantes. (CAMPOS, 2005, pp. 151;158).

Através de pesquisa realizada e publicada pelo Nexo, jornal digital com sede na cidade de São Paulo (SP), pudemos ter acesso a um sistema capaz de apontar visualmente a ocupação dos espaços brasileiros por raça, de acordo com os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010 (IBGE, 2010). Publicada sob o título “Mapa revela segregação racial no Brasil”, em 09/12/2015, com autoria de Daniel Mariani, Murilo Roncolato, Simon Ducroquet e Ariel Tonglet, a reportagem traz uma análise sobre a segregação racial no Brasil e a possibilidade de, através do mapa disponibilizado, obtermos a visualização da ocupação racial de qualquer capital brasileira, incluindo Macapá (AP), que merece

atenção especial por ser considerada a capital menos segregada racialmente segundo a pesquisa².

Antes de trazer esses dados, porém, é necessário explicar a metodologia utilizada pela equipe do Nexo para chegar a tais informações. O mapa que possibilita essa análise foi construído a partir do código aberto desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Demográfica da Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos, com os dados coletados pelo IBGE no Censo 2010:

A cada censo, o IBGE reúne as informações da população no menor conjunto amostral, o setor censitário, que tem tamanho variado de acordo com a densidade populacional local. O mapa [...] foi montado adicionando-se dentro dos blocos aleatoriamente pontos que representam cada uma das pessoas residentes no local e colorindo-os de forma equivalente à proporção de raça/cor autodeclarada (preto, pardo, branco, amarelo ou indígena) no bloco. Alguns pontos se encontram dentro de parques ou em águas pois a delimitação dos setores censitários muitas vezes incluem essas regiões. Para executar essa tarefa, se adaptou o código aberto desenvolvido por Dustin Cable no Grupo de Pesquisa Demográfica da Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos³, que produziu o mesmo projeto para a população americana. (MARIANI et al; 2015)

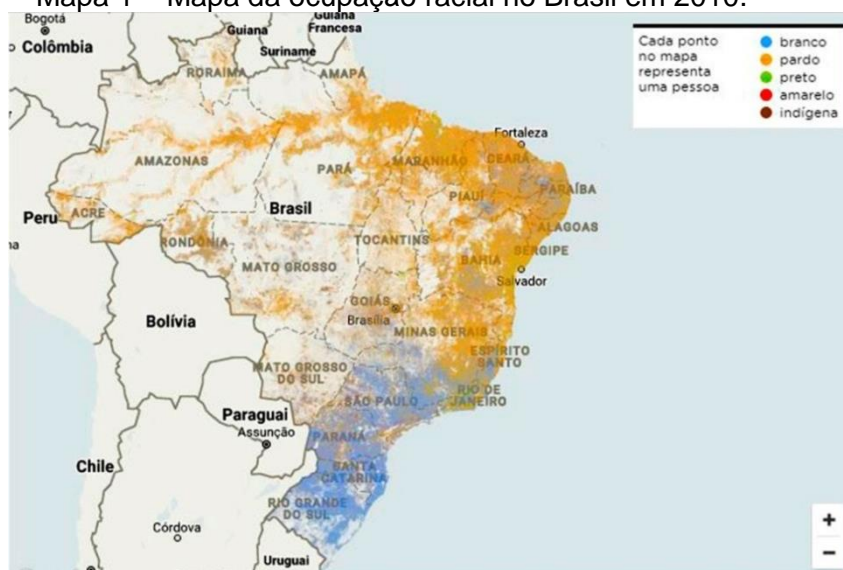
Dessa forma, temos o Mapa 1, com a visualização da ocupação espacial de acordo com a classificação por cor/raça, dividida segundo o Censo 2010 do IBGE, apontada pela legenda, conforme segue:

O mapa possibilita a visualização clara da divisão racial existente sobretudo entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, formadas majoritariamente por negros (pretos e pardos) e as regiões Sul e Sudeste do País, onde predomina a população branca.

² O material publicado pode ser acessado no seguinte endereço da internet: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segregação-no-país>.

³ O projeto original, bem como os dados de segregação racial nos Estados Unidos, podem ser conferidos neste site (em inglês): <http://www.coopercenter.org/demographics/Racial-Dot-Map>

Mapa 1 – Mapa da ocupação racial no Brasil em 2010.



Fonte: Mariani et al. (2015).

Conforme lembrado pelos autores da referida pesquisa (MARIANI et al., 2015), essa divisão tem origem histórica, com a utilização de mão de obra escrava em maior número na região Nordeste e nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro devido, principalmente, ao cultivo de cana-de-açúcar, à mineração do ouro e à produção de café. Além disso, ainda segundo a pesquisa, a presença da capital brasileira no Rio de Janeiro até 1960, a vinda dos imigrantes europeus (incentivada por políticas de colonização) e a concentração da industrialização nas regiões Sul e Sudeste são fatores que podem ter contribuído para essa divisão.

Para analisar e classificar o nível de segregação racial de uma cidade, a equipe utilizou um *ranking*, obtido da seguinte forma:

O ranking foi montado a partir do índice demográfico de dissimilaridade, de 0 a 100, utilizado para comparar a presença de dois grupos distribuídos em pequenas áreas (regiões censitárias) em relação à composição total da cidade. Imaginemos uma cidade que possui 10 setores censitários e é composta por 90% brancos e 10% negros. O índice será 100 se todos os negros estiverem concentrados em apenas um setor e todos os brancos nos demais; e será 0 (zero) se todos os setores censitários tiverem a mesma composição da cidade (no caso, 90% brancos e 10% negros). (MARIANI et al., 2015, np)

Através do *ranking* elaborado pelos autores, a pesquisa traz a classificação das capitais brasileiras de acordo com o nível de segregação racial, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1 – Ranking de segregação das capitais brasileiras em 2010.



Fonte: Mariani et al (2015).

O resultado aponta Porto Alegre (RS) como a capital mais segregada racialmente do País, com índice de dissimilaridade de 38,9 pontos, seguida com pouca diferença por Vitória (ES), que apresenta índice de 38,6 pontos. Brasília (DF), capital do Brasil, ocupa a 10ª posição no ranking, com 25,6 pontos. E Macapá (AP), com 13 pontos, apresenta-se como a capital brasileira com menor índice de segregação racial, segundo a pesquisa.

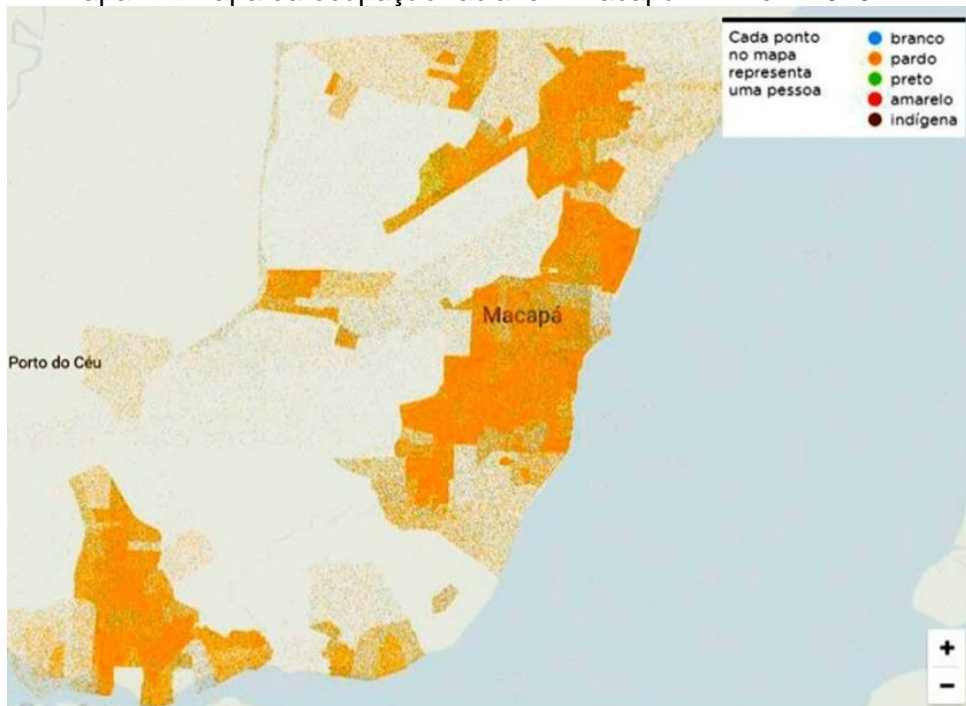
2.2.1 Um olhar sobre Macapá

De acordo com o IBGE (2010), a população de Macapá, capital do estado do Amapá, é composta por maioria negra, sendo 72% de pretos e pardos segundo o último Censo, colocando a cidade como a terceira capital com maior predominância de negros no País, conforme mostra o Mapa 2. Situado no extremo norte do Brasil, o estado do Amapá possui particularidades ambientais que lhe são atribuídas principalmente por estar localizado na foz do rio Amazonas, o que lhe confere a possibilidade de uso ímpar de suas riquezas naturais (CHAGAS, 1997 apud TAKIYAMA, 2012).

Na área costeira amazônica, encontra-se o maior quantitativo populacional do estado, fato gerador de problemas sociais e, por consequência, de pressões sobre o meio ambiente (TAKIYAMA, 2012).

Aliado a esses fatores, somam-se outros agravantes, como a alta densidade populacional apresentada na cidade de Macapá, fator que proporciona o aumento dos problemas urbanos nessa região (SOUZA, 2014).

Mapa 2 – Mapa da ocupação racial em Macapá – AP em 2010.

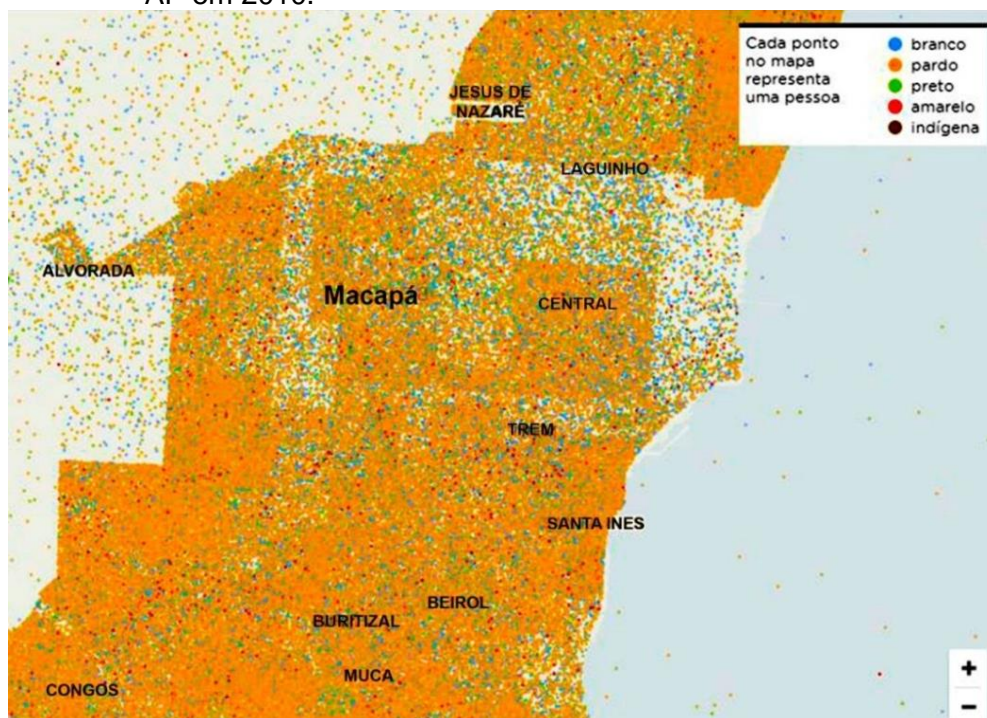


Fonte: Mariani et al. (2015).

Para melhor analisar a distribuição racial da população na capital amapaense, o Mapa 3, gerado pela equipe do Nexo (MARIANI et al., 2015), possibilita uma ampliação um pouco maior que a demonstrada anteriormente, permitindo verificar a ocupação racial de acordo com alguns bairros de Macapá. Apesar de a definição não proporcionar melhor qualidade na identificação dos nomes desses bairros, é possível fazer a leitura correta e traçar algumas análises a partir daí. Em contato direto com a equipe do Nexo, fomos informados de que os computadores que armazenam eletronicamente os dados do jornal não suportam uma qualidade maior de imagem no mapa.

A equipe responsável pela pesquisa informou que o volume de dados necessários para garantir essa qualidade impossibilitaria o acesso ao sistema a partir de qualquer navegador da internet, o que, por sua vez, restringiria o acesso público dessas informações. Por conta disso, foi realizado um reforço gráfico visual nos nomes dos bairros e da cidade, e a inclusão dos nomes dos bairros Lagunho e Central, que não constavam do mapa original, utilizando *software* de edição de imagens, sem alterar qualquer informação racial disponível no Mapa 3.

Mapa 3 – Mapa da ocupação racial nos principais bairros de Macapá – AP em 2010.



Fonte: Mariani et al. (2015).

A partir desse mapa, pode-se visualizar os dados analisados pela equipe de pesquisadores do Nexo (MARIANI et al., 2015) para Macapá ser considerada a capital menos segregada racialmente do País. Percebe-se a predominância de negros por toda a cidade, o que já poderia ser esperado a partir da proporção de 72% de pretos e pardos na composição de sua população segundo o IBGE (2010). A população branca encontra-se dispersa por toda a capital, sendo mais percebida nas áreas centrais, o que pode ser explicado pela história da urbanização de Macapá.

A cidade foi edificada sob conflitos sociais que marcam a história dos negros na região, quando Janary Nunes, primeiro governador do Amapá (de 1944 a 1956) retirou várias pessoas, a maioria negros, que habitavam a frente da cidade e as transferiu para a região chamada de favela na época (atual bairro Santa Rita) e para os quilombos existentes, como o do Curiaú, por exemplo. Essas pessoas vieram para a construção da Fortaleza de São José de Macapá e acabaram por habitar no entorno do monumento, fazendo ali as suas moradias (PESSOA; VENERA, 2013).

Essa remoção dos negros da região central de Macapá surgiu em virtude da política de Getúlio Vargas (Estado Novo, 1937 a 1945) que tinha o propósito de reestruturar o país, regenerar a sociedade com seus planos de modernização. Em

Macapá, por exemplo, essa política resultou na exclusão dos negros do entorno da Fortaleza, onde passaram a ser lembrados apenas nas comemorações e festas alusivas à sua cultura (PESSOA; VENERA, 2013).

Fato interessante a ser ressaltado é com relação à ocupação atual do bairro Laginho. Apesar de sua formação histórica ter levado a região a ser habitada pelos negros que foram removidos das áreas centrais de Macapá, hoje o bairro apresenta presença significativa da população branca, conforme demonstrado no mapa. Esse fato pode ser explicado pela *gentrificação*, processo fundamentalmente urbano que “consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu *status*” (BATALLER, 2012, p. 10).

Segundo a autora, esse processo caracteriza-se pela ocupação das áreas centrais da cidade por parte da população de classe média, com maior poder aquisitivo, afastando os antigos moradores desses locais, de classe mais baixa, para áreas periféricas, onde o valor do solo é menor. Essa mudança vem acompanhada de investimentos nessas áreas centrais, nas próprias moradias, com reformas ou novas construções; na área econômica, com o surgimento de novos comércios que atendam a essa nova classe de moradores; além de investimentos sociais, através de equipamentos e serviços públicos que antes não existiam ali, ou existiam de forma mais precária (BATALLER, 2012).

Analisando a distribuição racial da população em Macapá e considerando os aspectos históricos da formação e urbanização da cidade, podemos observar o processo de *gentrificação* ocorrendo nas áreas centrais, o que explicaria a presença maior (ainda que não absoluta) de pessoas brancas nessas áreas, afastando os antigos moradores para regiões periféricas. É importante lembrar que Macapá é caracterizada como a capital menos segregada racialmente do País (MARIANI et al., 2015), com sua população formada por 72% de negros, e que, possivelmente por conta disso, a população branca esteja mais diluída em seu território urbano.

O fato de Macapá ser considerada a capital com menor índice de segregação racial não deve ser utilizado como motivo de comemoração ou acomodação por parte da sociedade ou da comunidade acadêmica. Como demonstramos neste estudo, a cidade, desde sua formação, impõe ao negro o

espaço onde deve viver. Antes, forçados por ação do governo, agora, por questões econômicas que os obrigam a sair das áreas centrais.

2.3 Comunicação e desenvolvimento regional

Como exposto anteriormente, para haver desenvolvimento é necessário que sejam garantidas as liberdades básicas dos indivíduos. Além disso, o desenvolvimento social depende das relações construídas entre esses indivíduos, do conhecimento acessado por eles e da percepção que eles têm sobre eles próprios e sobre sua participação dentro de uma sociedade.

Nesse sentido, é importante analisar o papel que a mídia assume na formação da personalidade e, também, no desenvolvimento integral de cada pessoa, identificando os processos que favorecem o poder dos meios de comunicação de massa, além dos perigos inerentes a esse poder para a sociedade (WERTHEIN, Jorge. Apresentação à edição brasileira. In: CARLSSON; FEILITZEN, 2002).

Temos, nos meios de comunicação social, um grande mecanismo de informação e de formação de opiniões, pensamentos e atitudes sociais. E todo esse potencial pode ser utilizado para promover o desenvolvimento através do incentivo a práticas e atitudes inclusivas e libertadoras, ou para manter a população marginalizada dócil, conformada com as privações a que é submetida pelas classes econômicas que dominam o sistema capitalista.

Nesse contexto, propomos a reflexão sobre as possíveis relações entre comunicação e desenvolvimento sob dois aspectos principais. O primeiro deles levanta as discussões trazidas pela Teoria Crítica na comunicação e as reflexões sobre a Indústria Cultural como formas de se utilizar os meios de comunicação de massa para garantir a passividade das inúmeras pessoas que são privadas das liberdades básicas elencadas por Sen (2000), proporcionando a manutenção de um sistema capitalista que busca o crescimento econômico e não o desenvolvimento verdadeiro da sociedade.

O segundo aspecto da relação entre comunicação e desenvolvimento propõe a reflexão sobre as possibilidades de contribuição do jornalismo para garantir o acesso da população à informação correta e de qualidade, proporcionando a manutenção de seus direitos e liberdades, uma vez que possibilita, através do conhecimento e da mobilização, a participação popular na tomada de decisões.

2.3.1 A Teoria Crítica na comunicação

Segundo Wolf (2001), a Teoria Crítica teve suas origens com o grupo de investigadores que frequentou o *Institut für Sozialforschung*, de Frankfurt, fundado em 1923. Todavia, com a emergência do nazismo, a Escola de Frankfurt, como era conhecido o Instituto, foi obrigada a fechar, e os seus principais representantes emigraram inicialmente para a França, para, posteriormente, emigrarem para os Estados Unidos. Em 1950, a Escola de Frankfurt é reaberta e retoma os seus estudos e pesquisas, prosseguindo “na tentativa de fundir o pensamento crítico nos confrontos com a ciência e a cultura com a proposta política de uma reorganização racional da sociedade, de modo a superar a crise da razão” (WOLF, 2001, p. 82).

Para a Teoria Crítica, os meios de comunicação de massa são instrumentos de reprodução que, na liberdade aparente dos indivíduos, reproduzem as relações de força do aparelho econômico social. “A teoria crítica propõe-se realizar aquilo que escapa sempre à sociologia ou que para a sociologia sempre remete, ou seja, uma teoria da sociedade que implique uma avaliação crítica da própria construção científica” (WOLF, 2001, p. 84).

E dentro dessa avaliação crítica, podemos destacar que

Quando analisa a indústria cultural, a teoria crítica – que denuncia a contradição entre indivíduo e sociedade como um produto histórico da divisão de classes e que se opõe às doutrinas que descrevem essa contradição como um dado natural – exprime, sobretudo, a sua tendência para tratar a mentalidade das massas como um dado imutável, um pressuposto da sua própria existência. (WOLF, 2001, p. 92)

Segundo Adorno (1947 apud WOLF, 2001), um dos principais representantes da Teoria Crítica, os modernos meios de comunicação de massa conseguem integrar o seu público, por mais indistinto e difuso que ele pareça ser. E isso acontece na medida em que os ideais de formalismo e de conformismo são associados aos romances populares, favorecendo a internalização pelas pessoas de regras e normas do que se deve e do que não se deve fazer. Assim sendo, “A explosão de conflitos é preestabelecida e todos os conflitos são meras imitações. A sociedade é sempre a vencedora e o indivíduo não passa de um fantoche manipulado pelas normas sociais” (ADORNO, 1947 apud WOLF, 2001, p. 87).

E mesmo que pareça sem importância, esse tipo de mensagem, por ser transmitida de forma subliminar ao público, acaba por reforçar o estado de servidão das pessoas. Dessa forma, através da programação que observa, o observador, sem se dar conta disso, absorve ordens, indicações e proibições, conforme explica Wolf (2001).

2.3.2 A Indústria Cultural e a manutenção do sistema capitalista

Segundo Matos (1993), o termo “Indústria Cultural” foi empregado pela primeira vez por Adorno e Horkheimer, na obra “Dialética do Iluminismo”, em 1947. Antes disso, utilizava-se o termo “cultura de massa”, que foi substituído por dar a entender que se referia a manifestações culturais populares, nascidas da própria massa.

A realidade da indústria cultural é completamente diferente. Na indústria cultural, os meios de comunicação de massa compõem um sistema que envia mensagens a todo tempo para a população, que as absorvem sem um filtro crítico eficaz, proporcionando um eficiente mecanismo de controle social.

Dessa forma, na indústria cultural, a arte, as ideias e os valores espirituais transfiguram-se em mercadoria. E, mesmo que algumas produções culturais apresentem qualidades que as distingam dos padrões medianos, elas ainda farão parte de segmentos que visam inserir o consumidor na lógica da circulação de mercadoria.

Apesar disso, a indústria cultural não deve ser vista apenas como mais uma modalidade produtiva. Sua formação está relacionada com a alienação dos trabalhadores assalariados, preenchendo o seu tempo de lazer com produtos que apenas lhes dão a ilusão de felicidade imediata, mas que favorecem o consumo intensivo e compulsório, apresentado como caminho para alcançarem realização pessoal. Dessa forma, não permitem que esses indivíduos desenvolvam qualquer tipo de visão crítica da realidade, favorecendo o consumo indiscriminado que sustenta a produção das indústrias espalhadas pelo mundo (MATOS, 1993).

É dentro desse contexto que Adorno (1947 apud WOLF, 2001, p. 36) afirma que, com a indústria cultural, “aquilo a que outrora os filósofos chamavam vida, reduziu-se à esfera do privado e, posteriormente, à do consumo puro e simples, que não é mais do que um apêndice do processo material da produção, sem autonomia

e essências próprias”. Isso porque a indústria cultural cria necessidades artificiais na população, através da publicidade, fazendo com que as pessoas busquem no consumo uma forma de satisfazer seus desejos. Dessa forma, os indivíduos deixam de ser *sujeito* e passam a ser *objeto* da indústria cultural, alimentando constantemente esse círculo de consumo (WOLF, 2001).

Com esse sistema implementado pela indústria cultural, Wolf (2001, p. 87) afirma que

[...] a individualidade é substituída por uma pseudo-individualidade. O sujeito encontra-se vinculado a uma identidade sem reservas com a sociedade. A ubiqüidade, a repetitividade e a estandardização da indústria cultural fazem da moderna cultura de massa um meio de controle psicológico inaudito.

Adorno e Horkheimer (1985, p. 114) completam a análise da sociedade a partir da expansão da indústria cultural, afirmando que,

Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. Os dirigentes não estão mais sequer muito interessados em encobri-lo, seu poder se fortalece quanto mais brutalmente ele se confessa de público. Os meios de comunicação de massa não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passa de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem.

Dessa forma, ainda segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 123), “a indústria cultural, o mais inflexível de todos os estilos, revela-se justamente como a meta do liberalismo, ao qual se censura a falta de estilo”. E, nesse contexto, o estilo novo a ser adotado é imposto a cada instante pela indústria cultural, fazendo com que as pessoas nunca satisfaçam seu desejo, e continuem, a todo momento, em busca de assumir o novo estilo que está na moda, agindo e se vestindo como os artistas da TV ou como os astros da música pop.

2.3.3 Jornalismo e as contribuições para o desenvolvimento regional

Ao contrário do que podemos ver sobre o uso da comunicação de massa e da indústria cultural, o jornalismo tem o papel fundamental de levar informação e conhecimento à sociedade, sem os quais seria impossível a formação da opinião

pública e o exercício da plena cidadania, indispensáveis para o desenvolvimento, conforme bem pontuam Araújo e Rocha (2015).

Desde a Idade Média, as pessoas se interessam em consumir informações. A imprensa periódica surgiu no contexto da expansão europeia e da colonização, com o surgimento do primeiro jornal, em 1609, na Alemanha. Na última metade do século XIX, o empreendimento jornalístico tornou-se empresarial e houve a padronização da informação através da notícia como conhecemos hoje (LAGE, 2002 e 2007).

De lá para cá, muita coisa mudou quanto aos canais utilizados para a veiculação da notícia, iniciando com os meios impressos, passando pelo rádio, pela televisão e, desde os anos 2000, pela Internet. Os hábitos de consumo midiático da população mudam de maneira dinâmica com o tempo. A popularização do acesso à internet torna a rede de computadores uma fonte quase infinita de informações imediatas e de baixíssimo custo para a população, que está cada vez mais conectada, através de computadores, *notebooks*, *tablets* ou *smartphones*. Outros fatores, como interatividade e união de mídias visuais e sonoras em um mesmo canal, fizeram da internet, atualmente, a principal fonte de informação da população brasileira (PEREIRA Jr., 2010).

Presente no cotidiano das pessoas, o jornalismo é capaz de influenciar uma sociedade com objetivo de manter a harmonia entre a população. Através dos ideais que ajuda a difundir, a imprensa pode colaborar decisivamente para a solução de conflitos sociais sem a necessidade do uso da força pelo Estado. Com o poder de inflamar reações populares ou apaziguar situações através da divulgação de informações e análises, o jornalismo é tratado por muitos como “quarto poder”, devido à capacidade de influenciar a opinião pública que, por sua vez, é quem pode legitimar ou não as ações dos três poderes constituídos no Brasil.

Com tamanha capacidade de influenciar as decisões em uma sociedade, o jornalismo pode tornar-se um grande empecilho ao desenvolvimento se não for realizado com ética. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), criada em 1946, é a entidade que representa os interesses dos jornalistas no Brasil. É também da FENAJ a responsabilidade pelo código de ética desses profissionais, com sua versão atual aprovada em 2007.

O documento (FENAJ, 2007) tem como princípio básico garantir o direito fundamental do cidadão à informação, compreendendo o direito de informar, de ser

informado e de poder acessar a informação. O código traz 19 artigos versando sobre o direito à informação, a conduta e a responsabilidade profissional do jornalista, as relações profissionais e de que forma se dá a aplicação de seu conteúdo.

É importante destacar que, segundo o código de ética (FENAJ, 2007), em seu artigo 2º,

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas;

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, deve ser considerada uma obrigação social;

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante. (FENAJ, 2007, np)

Ao analisarmos todo o conteúdo do código de ética dos jornalistas brasileiros, fica evidente que o jornalismo é uma profissão de responsabilidade incomum, diretamente ligada à manutenção de direitos básicos e garantias de liberdade para a população. A ética do jornalista precisa estar presente a cada momento de seu trabalho, desde a decisão do assunto que irá investigar até na busca da imparcialidade e isenção na construção da matéria que será publicada. E o referido código pontua essa responsabilidade de maneira bem clara, ao afirmar, em seu artigo 4º, que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação” (FENAJ, 2007, np).

Cabe ao jornalista decidir que informação será ou não de conhecimento público. Orientações sobre critérios de noticiabilidade (LAGE, 2002) auxiliam o jornalista nessa tarefa, uma vez que buscam apontar as características que um fato precisa apresentar para despertar o interesse público e ser divulgado. É dever do jornalista divulgar o que possui interesse social, mesmo que não agrade a uma determinada corrente ideológica, ao jornalista ou à própria população (ARAÚJO; ROCHA, 2015).

Para tornar ainda mais clara a relação existente entre jornalismo e desenvolvimento, sobretudo com relação à garantia das liberdades individuais apontadas por Sen (2000), o código de ética dos jornalistas brasileiros, em seu artigo 6º, inciso XI, ainda afirma que é dever desse profissional, dentre outros: “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias” (FENAJ, 2007, np).

Nesse sentido, Araújo e Rocha (2015, p. 20) ainda complementam que

[...] o jornalismo possui uma relação de deveres com a sociedade e por isso não pode ignorar o senso de coletividade em suas decisões, caso contrário as matérias serão pautadas de acordo com a necessidade do profissional ou do veículo em que trabalha. O jornalismo, sem levar em consideração os preceitos éticos, pode ser uma ferramenta perigosa, principalmente quando seu papel na sociedade chega a ser classificado como o “quarto poder democrático”.

Os profissionais do jornalismo, ao passarem pelo curso de graduação, começam a ter ciência da responsabilidade que possuem no desempenho de seu papel social. A busca constante pela imparcialidade e impessoalidade na transmissão dos acontecimentos, mesmo sabendo que é impossível alcançá-las completamente, não pode ser esquecida nem por um instante pelo jornalista, podendo colocar em risco o desenvolvimento de toda uma sociedade a partir da privação de suas liberdades. Em um cenário onde a busca por acúmulo de riquezas precede a preocupação com o bem-estar de uma população, é fundamental que o jornalista seja consciente e exerça sua função.

Nessa realidade, o papel do jornalismo se torna ainda mais importante, por ser uma das únicas ferramentas com capacidade de fomentar debates e mobilizações em prol de transformações que nossa sociedade tanto necessita (ARAÚJO; ROCHA, 2015, p. 252).

Como ferramenta capaz de influenciar as decisões e as relações sociais, a Comunicação – e o jornalismo como parte desta – mostra-se diretamente relacionada com o desenvolvimento de uma sociedade. Como pontua Sen (2000), para haver desenvolvimento, é fundamental que haja democracia, com liberdade de expressão e sem a existência de censura.

Nesse cenário, o jornalismo desempenha o papel de fiscalizador do Governo, sendo os olhos e ouvidos da sociedade. Alterações políticas, econômicas, jurídicas ou sociais são levadas ao conhecimento público quase que instantaneamente devido à velocidade de divulgação das informações a partir das tecnologias atuais. Informada, uma sociedade é capaz de mobilizar-se contra ou a favor de determinada decisão que, sem essa participação do jornalismo, poderia interferir no destino da população sem seu próprio conhecimento e participação.

Sem essa liberdade democrática, o jornalismo não poderia contribuir para o desenvolvimento efetivo da sociedade. Pelo contrário, em um ambiente de censura, o papel do jornalismo seria somente o de legitimar as ações positivas que o governo permitisse que fossem divulgadas. A história brasileira nos apresenta exemplos marcantes de períodos como esse, suficientes para entendermos a importância do jornalismo livre e ativo no cumprimento de seu papel social para que haja desenvolvimento.

É preocupante destacar, nesse sentido, o processo de desvalorização pelo qual vem passando a profissão de jornalista no Brasil. Ao analisarmos os projetos pedagógicos dos cursos de jornalismo no país, percebemos uma tendência cada vez maior de qualificar o aluno tecnicamente para executar as tarefas básicas de apuração, redação e transmissão de notícias, sem a preocupação de estimular sua percepção crítica e conscientizá-lo de seu importante papel na manutenção de uma sociedade livre (ANDRADE JR., 2004).

Outra ação de grande impacto nesse sentido foi a decisão de suspender a obrigatoriedade do diploma de graduação para o exercício do jornalismo. Desde o dia 10 de janeiro de 2003 não é mais necessário apresentar qualquer qualificação acadêmica para atuar como jornalista no Brasil. Segundo a juíza federal Carla Abrantkoski Rister, quem proferiu a sentença,

[...] a profissão de jornalista não pode ser regulamentada sob o aspecto da capacidade técnica, eis que não pressupõe a existência de qualificação profissional específica, indispensável à proteção da coletividade (JUSTIÇA FEDERAL, 2003, np).

Se esse caminho for seguido, haverá cada vez menos jornalistas conscientes e atuantes no cumprimento de seu dever social, dando lugar para

técnicos em difusão de informações, que é o perfil de profissional observado no mercado a partir dessas ações de desvalorização do jornalista no Brasil.

Esse cenário exige cuidado. Pode haver o interesse em impedir a manutenção de um ambiente social livre, onde a população possa ser informada corretamente para tomar posição frente aos assuntos que interferem em seu desenvolvimento.

Sem o jornalismo cumprindo seu papel social dentro da engrenagem da Comunicação, teremos somente os efeitos de dominação social apontados pela Teoria Crítica e pelos estudos sobre a Indústria Cultural. Se permitirmos esses efeitos, estaremos possibilitando o surgimento de uma falsa democracia, com uma falsa liberdade de expressão e de informação, e com uma imprensa inócua, incapaz de proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento social do país.

3 A MÍDIA E A REPRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS RACISTAS NO BRASIL

Não é difícil perceber que os estereótipos estão presentes em nossa sociedade e são criados, transformados, reinventados e reforçados cotidianamente. Antes, a literatura e a pintura também serviam de canais para difundir essa visão distorcida do “outro” sobre diversos alvos de seus observadores. Hoje, temos na mídia o principal meio de reforço dos mais diversos estereótipos em nossa sociedade. Seja através do cinema, da publicidade ou da imprensa, os estereótipos estão presentes e, discretos ou escancarados, reforçam visões distorcidas e discriminatórias sobre diferentes grupos, comportamentos ou pessoas.

Neste capítulo, propomos analisar a relação dos estereótipos com a população negra no Brasil e sua influência na manutenção do racismo em nosso país. O estudo é fruto de pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, além de análise de peças publicitárias divulgadas em diferentes veículos, incluindo jornais da época da escravidão legalizada no Brasil, como forma de demonstrar o tratamento do negro como mercadoria, em um processo de desumanização que ainda pode ser constatado nos estereótipos presentes nos anúncios atuais.

Tzvetan Todorov já trazia reflexões importantes acerca dos estereótipos quando tratou da relação entre o povo europeu dominante e os outros povos do mundo em sua obra “Nós e os Outros: A reflexão francesa sobre a diversidade humana” (1993).

Segundo o autor, o povo europeu dominante considerava “bárbaro” todo aquele que fosse diferente de si. Mesmo autores que se propunham a questionar esse tipo de afirmação acabavam por confirmar essa linha de pensamento. É o exemplo de Le Bruyère, citado por Todorov (1993, p. 26): “Com uma linguagem tão pura, um rebuscamento tão grande em nossos hábitos, costumes tão cultivados, leis tão belas e um rosto branco, somos bárbaros para alguns povos.”

Interessante destacar a presença da ideia de superioridade racial já expressa no trecho citado ao enfatizar a pele branca (“rosto branco”) como uma qualidade do povo europeu dominante.

Outro autor que esclarece a esse respeito é Peter Burke, na sua obra *Estereótipos do Outro*⁴. Burke explica que grupos confrontados com outras culturas

⁴ In: Testemunha ocular: história e imagem, 2004.

buscam entender o novo a partir da classificação ou comparação baseada no que lhes é comum. Ou seja, o outro passa a ser caracterizado com base nas diferenças e semelhanças com o que lhe é conhecido (BURKE, 2004, p. 155-156). Nas palavras do autor,

[...] quando ocorrem encontros entre culturas, é provável que a imagem que cada cultura possui da outra seja estereotipada. A palavra “estereótipo” (originalmente uma placa da qual uma imagem podia ser impressa), como a palavra “ clichê” (originalmente o termo francês para a mesma placa), é um sinal claro da ligação entre imagens visuais e mentais. O estereótipo pode não ser completamente falso, mas frequentemente exagera alguns traços da realidade e omite outros. O estereótipo pode ser mais ou menos tosco, mais ou menos violento. Entretanto, necessariamente lhe faltam nuances, uma vez que o mesmo modelo é aplicado a situações culturais que diferem consideravelmente umas das outras.

Avançando nesse pensamento, Burke (2004, p. 157) explica que a maioria dos estereótipos “era ou é hostil, desdenhosa, ou no mínimo condescendente”.

Talvez seja por essa razão que os estereótipos muitas vezes tomam a forma de inversão da auto-imagem do espectador. Os estereótipos mais grosseiros estão baseados na simples pressuposição de que “nós” somos humanos ou civilizados, ao passo que “eles” são pouco diferentes de animais como cães e porcos, aos quais eles são frequentemente comparados, não apenas em línguas europeias, mas também em árabe ou chinês. Dessa forma, os outros são transformados no “Outro”. Eles são transformados em exóticos e distanciados do eu. E podem mesmo ser transformados em monstros.

A partir dessas reflexões, podemos compreender a visão do europeu sobre os povos africanos e a origem dos estereótipos presentes atualmente com relação ao negro no Brasil. Foster (2015, p. 90) realiza interessante estudo a esse respeito e resgata relatos de diversos autores sobre o negro:

A partir dos primeiros contatos com os africanos, os europeus elaboraram suas próprias versões dos bárbaros, dando lugar a inúmeros estereótipos sobre a raça negra, na maioria dos casos ainda presentes na atualidade. A representação do africano, na literatura de viagens, amplamente difundida já na literatura portuguesa do século XIV e dos inícios do século XV, bem como no Ocidente Cristão em geral, é dominada por uma série de estereótipos.

Ainda segundo a autora, os negros eram sempre retratados com fortes ligações ao demônio, ao diabólico, ao amaldiçoado e à representação do mal. Ela traz relatos de narrativas da época que demonstram esse estereótipo de bestialidade sempre ligado às descrições do negro a partir da observação do europeu e de sua cultura. Carvalho (2000, p. 150 apud FOSTER, 2015, p. 91) cita que, em determinados textos, algumas etnias africanas são descritas desta forma:

Nesta terra há uns homens selvagens que habitam nos montes e arvoredos desta região aos quais chamam os negros do Beni “Òsà” e são muito fortes e são cobertos de seda como porcos. Tudo tem de criatura humana, senão que, em lugar de falar, gritam. E eu ouvi já de noite os gritos deles e tenho ùa pele de um destes selvagens.

Esses estereótipos contribuíram para justificar a escravidão dos povos negros africanos que, no Brasil, foram vítimas de inúmeras atrocidades durante quase quatro séculos.


3.1 O negro representado como mercadoria no Brasil escravocrata

O comércio de escravos africanos era extremamente lucrativo no Brasil durante o período escravocrata e seu preço era discutido e barganhado como o de qualquer outro produto.

Freyre (2012) faz um importante resgate dessa situação ao trazer anúncios publicados em jornais brasileiros do século XIX com a oferta de compra e venda de escravos e recompensa para escravos fugidos conforme demonstra o Quadro 1.

É importante destacar os traços que evidenciam a desumanização do negro nos anúncios da época. Frases como “Vende-se um bom escravo de meia idade por comodo preço” (FREYRE, 2012, p. 46) eram comuns nesse tipo de anúncio em jornais brasileiros.

Quadro 1 - O negro como mercadoria nos jornais do Brasil no século XIX.

<p style="text-align: center;">Compras:</p> <hr/> <p style="text-align: center;">AVISO.</p> <p>Precise-se comprar uma mulata moça que seja perfeita costureira de agulha e tesoura, paga-se bem agradando as suas qualidades: na rua do Trapiche, Recife, n. 40, se dirá quem a pretende.</p>	<p>— O agente Borja, em seu armazem na rua do Collegio n. 46, fará leilão de diversos escravos de ambos os sexos, moços, e de meia idade, alguns do quaes com diferentes habilidades; achar-se-hão patentes no referido armazem, no dia do leilão, ao exame dos senhores pretendentes: terça-feira 7 do corrente, as 11 horas da manhã.</p>
<p style="text-align: center;">Vendas.</p> <hr/> <p style="text-align: center;">ATENÇÃO.</p> <p>Vende-se para o mato uma preta da costa de idade de quarenta e tantos annos, muito sadia e bastante robusta, sabe bem lavar e cozinhar o diário de uma casa, vende-se em conta por haver precisão, no beco Largo, n. 2, na mesma casa vende-se uma tartaruga verdadeira.</p> <p>— Vende-se uma escrava muito moça, bonita figura, sabe cosinhar e engommar e é um perfeita costureira, propria para qualquer modista: na botica de Joaquim Ignacio Ribeiro Junior, na praça da Boa-Vista.</p> <p>— Vende-se um bom escravo de meia idade por commodo preço: na rua da Praia n. 47, primeiro andar.</p>	 <p>Fugio no dia 4 de outubro de 1857, da chacara n. 5 da rua do Marahy, em S. Christovão no Rio de Janeiro um escravo do senador Alencar, de nome Luiz Telles, pardo escuro; tem de 40 annos para cima mal encarado e falta de dentes na frente, tem uma enruga na testa, andar apressado e passadas curtas, finge-se às vezes doído, tem falla tremula, com vizes de estuporado; é muito ladino e astucioso, anda com cartas dizendo que vae com ellas apadrinhado apresentar-se a seu Sr; inculca-se pedestre algumas veses. Quem o apprehender, e fizer delle entrega aonde possa ser recolhido a cadeia para ser entregue a seo Sr. receberá 40\$rs. de gratificação, alem das despesas; cerá tudo pago a quem nesta Tipographia o apresentar com o competente documento.</p>
	<p>— Fugio no dia 2 de julho, do engenho do abaixo assignado, um negro por nome José Calabar, idade 60 annos, alto, cabeça branca, a roda das orelhas pretos, meio cambito das pernas, levou um cavallo rodado, grande, novo, tem o beijo de baixo grande, ripado de novo. Este negro he bem conhecido por ter sido carneiro nos arrabaldes do Recife, assim como já foi o Manguinho. Foi escravo do Sr. coronel Francisco José da Costa; roga-se a todas as autoridades policiaes e capitães de campo a apprehensão do dito escravo, e o levem a Albino José Ferreira da Cunha, na rua do Queimado, ou neste engenho das Matas.</p> <p style="text-align: right;">Antonio de Paula Souza Leão.</p>

Fonte: Freyre (2012, pp. 46 e 49)

O autor ainda chama atenção para o fato de características ligadas a mutilações e atos de violência física e psicológica contra os negros serem usadas como traços de identificação dos escravos fugidos: “meio cambito das pernas”; “falta de dentes na frente”; “tem falla tremula”(FREYRE, 2012, p. 49).

Os reflexos dessa privação de humanidade é sentido até os dias atuais pelos descendentes negros que vivem em nosso país.

3.2 A mídia atual e o reforço dos estereótipos sobre o negro

As análises e observações realizadas neste capítulo se fundamentam, basicamente, nos pensamentos de Pierre Bourdieu trazidos na obra “O poder simbólico” (1989). Bourdieu já alertava para a importância de a sociedade reconhecer o poder nas suas diversas formas, sobretudo nos lugares onde ele mais se esconde, como é o caso do poder simbólico. O autor afirma que esse poder invisível só pode ser exercido se contar com a cumplicidade daqueles que não querem saber sobre quem ele se apresenta ou quem o exerce. Daí a necessidade

de analisarmos as diferentes formas utilizadas pela mídia para a manutenção dos estereótipos que reforçam a violência social e racial sobre os negros até os dias atuais.

De acordo com Bourdieu (1989, p. 10-11), as

[...] ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produz a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Assim, temos evidente a forma de ação dos meios de comunicação no exercício do poder simbólico para a manutenção das classes dominantes e dominadas na sociedade. Nesse sentido, é importante observar que os estereótipos reforçam o racismo no Brasil e acabam por interferir na construção da própria identidade racial dos grupos na sociedade.

Como constata D'Adesky (2001, p. 93-94), a

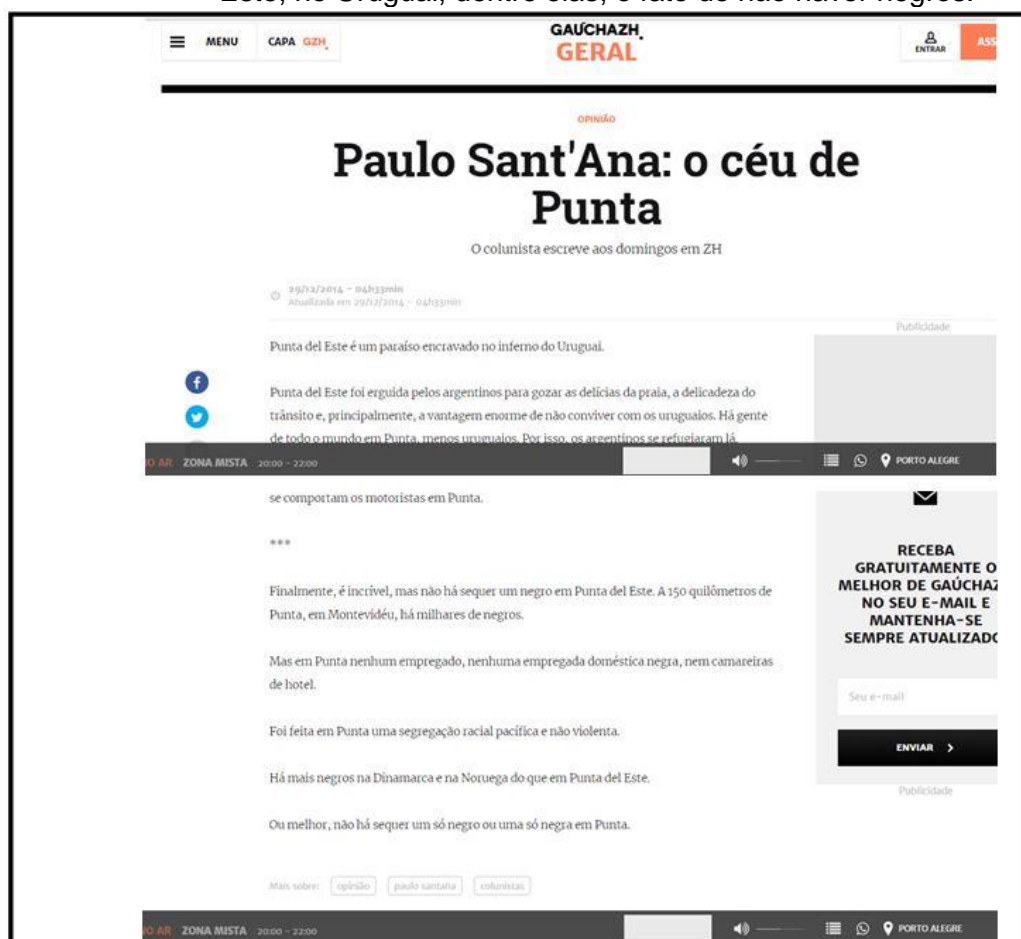
[...] mídia não somente atualiza a distância que separava, na escravidão, a elite do povo, mas nega, com seu exclusivismo, as identidades culturais afro-brasileira e indígena, as quais não têm acesso, em pé de igualdade, às programações televisiva e radiofônica.

Uma rápida pesquisa nos conteúdos divulgados pela mídia em anos recentes pode demonstrar, de maneira direta, o reforço dos mais diversos estereótipos atribuídos ao negro pela sociedade.

Para enriquecer o presente capítulo, trouxemos alguns exemplos para comprovação e análise do argumento, enfatizando que há um vasto conjunto de casos atuais que manifestam estereótipos raciais em suas produções midiáticas e,

infelizmente, não houve qualquer dificuldade em encontrar os casos expostos e analisados neste capítulo, como o apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Trecho da coluna de Paulo Sant'Ana publicada no jornal Zero Hora, em 29/12/2014, destacando as qualidades de Punta del Este, no Uruguai, dentre elas, o fato de não haver negros.



Fonte: Site Jornal Zero Hora. Acesso em fevereiro de 2018.

O racismo na imprensa brasileira existe, conforme demonstra diversas pesquisas sobre o tema, com destaque para a pesquisa da ANDI, intitulada “Imprensa e Racismo: uma análise das tendências da cobertura jornalística”, publicada em 2012 e já referenciada neste trabalho.

Retomando as afirmações trazidas na pesquisa, a imprensa brasileira não possibilita o devido espaço editorial às temáticas relevantes à população negra, além de omitir a vinculação da violência física à questão racial nos casos em que ocorrem (ANDI, 2012). Dessa forma, o jornalismo brasileiro contribui mais para a manutenção do racismo a partir da sua omissão do que do reforço positivo de sua prática. Porém, infelizmente, ainda encontramos manifestações claras e diretamente

racistas publicadas nos veículos de comunicação brasileiros, como no caso trazido nesse exemplo.

Apesar de ser uma coluna de Opinião, onde o autor é livre para manifestar seu pensamento e o veículo se isenta das responsabilidades ideológicas sobre o que é ali escrito, a publicação de um conteúdo a partir de uma empresa de comunicação jornalística confere alcance e credibilidade inacessíveis a um cidadão comum que também deseje expressar sua opinião sobre determinado assunto.

É nesse sentido que a imprensa interfere no comportamento de uma sociedade, uma vez que dota de credibilidade todos aqueles que ali manifestam seus pensamentos.

Nesse exemplo, temos o colunista tratando de descrever *Punta del Este*, no Uruguai, destacando suas diversas qualidades. E, para nossa surpresa, ao final do texto, o colunista destaca o fato de não haver negros naquela cidade.

“Finalmente, é incrível, mas não há sequer um negro em Punta del Este. A 150 quilômetros de Punta, em Montevideu, há milhares de negros. Mas em Punta nenhum empregado, nenhuma empregada doméstica negra, nem camareiras de hotel. Foi feita em Punta uma segregação racial pacífica e não violenta. Há mais negros na Dinamarca e na Noruega do que em Punta del Este. Ou melhor, não há sequer um só negro ou uma só negra em Punta.” – escreve em seu texto.

O autor se desculpou posteriormente em nota e negou que tenha havido a intenção de promover o racismo.

Outro exemplo a ser analisado é apresentado na Charge 1. A tirinha é um gênero textual do tipo opinativo, originado nos Estados Unidos, com objetivo de transmitir a opinião do autor sobre determinado assunto. Geralmente discute, de forma satírica, temas ligados ao cotidiano e ao comportamento das pessoas na sociedade (MELO, 2003).

Sobre esse exemplo, antes de avançar, é preciso relatar o choque deste pesquisador ao buscar o termo “patroa X empregada” no mecanismo de pesquisas “Google”. Ao clicar sobre a opção de pesquisa “Imagens”, o que recebemos é uma série de fotografias e ilustrações com mulheres nuas, caracterizadas como empregadas domésticas, em cenas de sexo com patrões e patroas. Isso, por si só, já demonstra a visão de objeto sexual atribuída à empregada doméstica no Brasil. E essa é a primeira análise que pode ser feita sobre a tirinha em questão.

Charge 1 - Tirinha que traz diversos estereótipos nas relações de trabalho entre negros e brancos, publicada em 2008.

Empregada x patroa



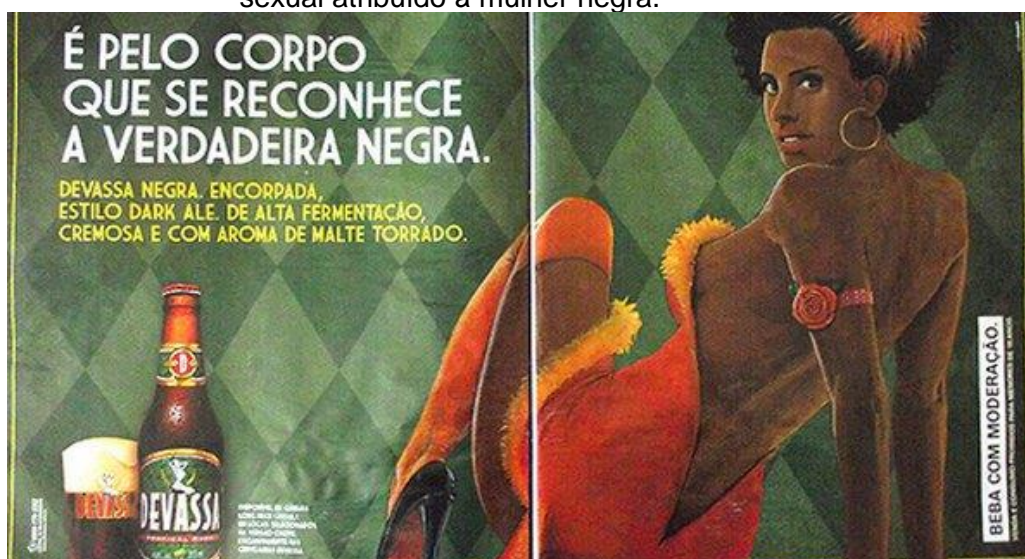
Fonte: Blog Lolcos. Acesso em abril de 2017.

A ilustração mostra uma cena que envolve duas classes sociais claramente expostas: patrões e empregados. A empregada doméstica tem características sexuais definidas e evidenciadas no diálogo proposto. A primeira suspeita é que a empregada manteria relações sexuais com o patrão, chefe da família atendida. Esse é o estereótipo principal atribuído à empregada doméstica no Brasil, de atender não só as necessidades de trabalho braçal da casa, mas também as necessidades sexuais do patrão. Seguindo o diálogo, percebe-se que um segundo empregado da família, o motorista, é quem servia às necessidades sexuais da patroa, mantendo a subjugação sexual dos empregados domésticos com relação aos patrões, mesmo que, no caso em questão, fuja do padrão machista observado na grande maioria dos casos.

Outro ponto evidenciado na tirinha, e motivo principal de discussão deste capítulo, é a cor de pele dos personagens envolvidos. Em uma divisão clara de classes sociais, têm-se os patrões como brancos e a empregada doméstica como negra. Apesar de refletir uma realidade social do negro no Brasil, cujas razões já foram expostas anteriormente neste trabalho, a imagem reforça um estereótipo de dominação social do negro pelo branco. Além disso, reproduz relações sociais escravocratas, que se encontram presentes até os dias atuais.

Mas não é somente nos conteúdos opinativos que encontramos conteúdos alusivos ao racismo. Nas publicidades, a incidência é ainda maior, como vemos na Publicidade 1.

Publicidade 1 – Reprodução de publicidade impressa da cerveja “Devassa Negra”, publicada em 2011, reforça o estereótipo de objeto sexual atribuído à mulher negra.



Fonte: Libence (2013).

A peça de publicidade divulgada pela marca de cerveja “Devassa” reforça o estereótipo sexual atribuído à mulher negra no Brasil. O primeiro elemento de visualização é a frase, em destaque, “É PELO CORPO QUE SE RECONHECE A VERDADEIRA NEGRA”. O texto, fazendo referência ao corpo da mulher negra, em alusão ao “corpo” da cerveja enquanto bebida, leva os olhos do receptor à ilustração, logo à direita, retratando uma mulher negra, em pose sensual, trajando roupa que deixa seu corpo quase todo à mostra, de forma provocativa, com o uso de acessórios que completam a ideia de sensualidade ou sexualidade. Para completar a peça publicitária, a frase secundária, abaixo da frase principal observada

anteriormente, tem na sua primeira linha: “DEVASSA NEGRA, ENCORPADA”. A palavra “devassa”, que dá nome à marca exposta na propaganda, de acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa, vem do verbo devassar, que significa vulgarizar-se ou prostituir-se. Na frase apresentada, a peça publicitária associa esse sentido à mulher negra, ratificando o sentido da imagem trazida na ilustração.

A pesquisadora Sonia Maria Giacomini (1988) explica que a exploração sexual do corpo da mulher negra é prática comum na lógica da escravidão. Segundo a autora, o destaque aos atributos físicos e sexuais das negras parecia funcionar como uma justificativa para os diversos ataques sexuais e estupros que eram praticados contra as escravas por seus senhores brancos.

A publicidade aqui apresentada reforça a presença desses estereótipos sexuais atribuídos à mulher negra desde a escravidão, demonstrando sua presença na sociedade brasileira ainda atualmente. Nesse sentido, Eni Allgayer (2005, p. 132) conclui:

A desinibição de negras e mulatas consagradas na literatura brasileira como amantes de sangue quente, foi um papel que a própria sociedade escravista criou, para justificar a utilização da mulher negra como fonte de prazer. Via de regra, as negras eram forçadas a deitar nas redes com os amos, e depois sofriam com a vingança das suas Senhoras.

A Publicidade 2 reforça o estereótipo de “cabelo ruim” atribuído às mulheres negras em comparação ao modelo europeu de pele branca e cabelos lisos.

Não bastasse o reforço desse estereótipo, a marca ainda aproveita a agressão popularmente utilizada no Brasil para ofender os negros (“Cabelo de Bom Bril”) de forma direta, quando utiliza a silhueta estilizada de uma mulher negra como centro de seu anúncio.

Chega a ser chocante ver uma marca que deveria lutar para que seu nome não fosse ligado ao racismo, utilizar de forma espontânea essa alusão ao cabelo da mulher negra, reforçando uma imagem negativa dos traços fenotípicos do negro na sociedade brasileira.

A ideia de “cabelo bom” e “cabelo ruim”, “pele boa” e “pele ruim”, sempre ligando as características físicas europeias ao que é bom e as características físicas africanas ao que é ruim, precisa ser discutida e combatida, pois carrega a propagação do pensamento discriminatório e racista na convivência social.

Publicidade 2 – Reprodução de peça publicitária da empresa “Bom Bril”, publicada em 2012, faz clara alusão ao cabelo crespo da mulher negra com o material de seu produto.



Fonte: Libence (2013).

Mesmo negando a intencionalidade dos estereótipos sustentados pela publicidade, a empresa retirou a peça de circulação.

A Publicidade 3, apesar de não ter chegado a ser veiculada no Brasil, é importante para a discussão que propomos neste estudo. Nela, a empresa Dove anuncia seus produtos de beleza para pele, com uso durante o banho.

O texto, em inglês, promete melhorar a aparência da pele, deixando-a visivelmente mais bonita em apenas uma semana.

Assim, o texto, analisado separadamente ou se viesse associado a outra imagem, não reforçaria nenhum estereótipo à população negra. A questão deste anúncio é justamente a fotografia utilizada junto ao texto. Na imagem, os quadros “Antes” (*before*) e “Depois” (*after*) são mostrados junto a uma sequência de branqueamento de raças.

Apesar de a empresa negar essa intenção, o conjunto de texto e imagem deixa claro o processo de embelezamento da pele associado ao seu branqueamento. Com a imagem de uma mulher negra iniciando o processo logo abaixo da palavra “Antes” (*before*, no texto original em inglês), passando por uma mulher latina de cabelos lisos no centro, até chegar à imagem de uma mulher

branca, com cabelos lisos e loiros abaixo da palavra “Depois” (*after*, no texto original em inglês), o anúncio sugere os processos de evolução do embelezamento a partir do uso de seu produto.

Publicidade 3 – Reprodução de peça publicitária da empresa “Dove”, publicada em 2011. Na imagem, os quadros “Antes” (*before*) e “Depois” (*after*) são mostrados junto a uma sequência de branqueamento de raças.



before **after**

Visibly more beautiful skin from the most unexpected of places – your shower.

Introducing Dove VisibleCare, our new revolutionary line of body washes that actually improves the look of your skin. With our highest concentration of NutriumMoisture™, you'll see visibly more beautiful skin in just one week. NEW DOVE VISIBLECARE CRÈME BODY WASH

dove.com

Average results in 1-3 weeks of daily use, based on clinical testing. In home use testing, consumers noticed visible improvement after 1 week. Photos shown reflect clinical improvement at 3 weeks.

Fonte: Libence (2013).

Apesar de ter afirmado sua não-intencionalidade com relação à essa publicidade, a empresa Dove repetiu a atitude no ano de 2017 ao veicular um vídeo promocional onde apresenta uma mulher negra se despindo e se transformando em uma mulher branca, conforme mostrado na Publicidade 4.

Publicidade 4 - Reprodução de imagens retiradas de vídeo publicitário da empresa Dove, veiculado em 2017.



Fonte: Site da revista Galileu. Acesso em dezembro de 2017.

A campanha foi retirada do ar pela empresa e não chegou a ser veiculada no Brasil. Sobre o novo ocorrido, a empresa, desta vez, se desculpou em suas redes sociais:

Em uma imagem postada recentemente no Facebook, erramos ao representar as mulheres negras. Nos arrependemos profundamente com as ofensas causadas (<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2017/10/dove-e-acusada-de-racismo-por-anuncio-e-pede-desculpas.html>).

Deixamos em aberto a reflexão de como uma empresa pode errar duas vezes, com materiais publicitários tão bem construídos, sem concordar com o teor racista das mensagens transmitidas.

Com relação ao humor, o estereótipo do negro continua sendo usado para ilustrar piadas, como mostrado no Quadro 3.

Quadro 3 - Exemplo de “humor” em épocas diferentes (1900 e 2012) demonstra como os estereótipos do negro estão presentes na história e reforçados na atualidade.



Fonte: Libence (2013).

Conforme aponta Libence (2013), a imagem de 1900 exibe o personagem *Billy Van*, interpretado pelo “humorista” William H. West (1853-1902). O ator era um ícone norte-americano que representava o *blackface* (prática que ficou comum ao pintar a face de atores brancos para que eles pudessem interpretar personagens negros, geralmente trazendo estereótipos e comportamentos humilhantes com intuito de provocar riso nos espectadores) nos espetáculos de *Minstrel Show* no início dos anos 1900 nos EUA.

Como explica a autora,

Minstrel Show era um espetáculo realizado por companhias de teatro compostas exclusivamente por atores brancos que pintavam suas faces de preto e faziam todo tipo de deboche no palco para configurar a imagem do negro na sociedade americana (LIBENCE, 2013, np).

Logo abaixo, a imagem traz a foto do ator e “humorista” brasileiro Rodrigo Sant’anna, que representava a personagem “Adelaide” no programa humorístico de televisão “Zorra Total” no ano de 2012.

A personagem negra, seguindo a prática norte-americana do *blackface*, tenta mostrar uma mulher negra, pobre, que fala errado, pede esmolas, e tem sua aparência descabelada, desdentada e suja.

Mais de um século após a encenação trazida na primeira imagem, a sociedade branca ainda reforça estereótipos que desqualificam, subjagam e humilham o negro no Brasil sob as mais diversas tentativas de justificação, como, neste caso, arte, cultura e humor. Cabe a reflexão: Pode haver arte, cultura e humor no racismo?

Esse cenário torna-se ainda mais preocupante, ao analisarmos as afirmações de Penteado (1991), constatando que a mídia vem se tornando capaz de transmitir informações com maior eficácia que as escolas oficiais, uma vez que a assimilação das informações midiáticas ocorre com maior facilidade do que aquelas veiculadas pela escola. Dessa forma, a atenção a conteúdos e informações veiculados pelos meios de comunicação deve ser redobrada, visto sua influência na formação da consciência social sobre os assuntos que aborda.

Demonstrada essa influência na internalização de pensamentos e normas de conduta pela sociedade, não podemos, como bem afirma Freire (1996, p. 62), resignar-nos a apenas observar os acontecimentos e aceitar a opressão imposta pelas classes dominantes: “Não posso virar conivente de uma ordem perversa, irresponsabilizando-a por sua malvadez, ao atribuir a força cegas e imponderáveis os danos por elas causados aos seres humanos.”

Com a proposta de mudar esse cenário, é importante trazer o que Manoel de Almeida Cruz (apud DOMINGUES, 2009, p. 985) lançou, de forma pioneira, como base para uma “pedagogia interétnica”, resposta científica em níveis teórico e metodológico na luta contra o racismo, ao propor uma

[...] modificação de atitudes racistas através do processo educacional (escola, família, comunidade e meios de comunicação social) uma vez que o preconceito racial é transmitido por estes referidos processos e só através destes é que se pode transformar esse quadro. (ALMEIDA CRUZ, 1989 apud DOMINGUES, 2009, p. 985)

Motivado por esse pensamento é que o presente estudo caminha no sentido de buscar formas de interferir e alterar o cenário de discriminação e preconceito raciais que a sociedade vivencia atualmente, utilizando os meios propostos pela Educação Étnico-Racial para conscientizar os jornalistas a cumprirem sua função social na imprensa. Por esse caminho, através da mídia, pretende-se ter um importante aliado para alcançar uma conscientização maior da sociedade em busca de uma igualdade racial verdadeira.

4 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO CAMINHO PARA DESCONSTRUÇÃO DE CONCEITOS E DE ESTEREÓTIPOS RACISTAS

A necessidade de realização de uma ação colaborativa com esse público-alvo, alunos de graduação em Jornalismo, surgiu a partir da percepção deste pesquisador enquanto professor dos referidos cursos na cidade de Macapá – AP. Durante as atividades realizadas em sala de aula, foi possível perceber a facilidade com que os alunos reproduziam conceitos e estereótipos racistas divulgados pela mídia, sem demonstrar o questionamento necessário.

Nesse sentido, a partir da proposta de colaborar com o cenário da imprensa no estado do Amapá, optamos por trabalhar com os profissionais de Jornalismo ainda em sua formação, com intuito de proporcionar ao mercado, uma prática diferente da que visualizamos hoje no jornalismo brasileiro (ANDI, 2012).

Ao longo de 13 anos de estudo e pesquisa nas áreas de Educação e Comunicação, partindo da área da Educomunicação (ANDRADE JR, 2004), pudemos observar como a Educação pode ser beneficiada com a contribuição das técnicas e das tecnologias da Comunicação.

Agora, a partir dessa pesquisa de mestrado, pretendemos demonstrar como a Comunicação, especificamente o Jornalismo, pode ser beneficiada com os pensamentos e metodologias oriundos da Educação. Como uma continuidade dos caminhos já percorridos até aqui, a presente pesquisa despertou neste estudioso a necessidade de maior aprofundamento na área da Educação, o que motivou o ingresso no curso de graduação em Pedagogia. Já cursando o terceiro semestre acadêmico do curso, pudemos compreender com mais propriedade a história do pensamento pedagógico, os métodos e contextos didáticos e a contribuição da Filosofia e da Psicologia para a área da Educação. Esse envolvimento com a Educação foi tão amplo, que o autor foi convidado e hoje integra a Cátedra Paulo Freire de Educação na Amazônia.

É a partir dessa nova vivência com a Pedagogia, que adotamos a visão de Paulo Freire na realização da presente investigação, sobretudo na prática educativa para o planejamento, execução e análise das ações realizadas durante essa pesquisa colaborativa. De acordo com Freire (1985):

Quanto mais é simples e dócil o receptor dos conteúdos com os quais, em nome do saber, é “enchido” por seus professores, tanto menos pode pensar e apenas repete. Na verdade, nenhum pensador, como nenhum cientista, elaborou seu pensamento ou sistematizou seu saber científico sem ter sido problematizado, desafiado. Embora isso não signifique que todo homem desafiado se torne filósofo ou cientista, significa, sim, que o desafio é fundamental à constituição do saber. [...] O que defendemos é precisamente isto: se o conhecimento científico e a elaboração de um pensamento rigoroso não podem prescindir de sua matriz problematizadora, a apreensão deste conhecimento científico e do rigor deste pensamento filosófico não pode prescindir igualmente da problematização que deve ser feita em torno do próprio saber que o educando deve incorporar. (FREIRE, 1985, pp. 68,69).

Dessa forma, com o intuito de verificar se a Educação das Relações Étnico-Raciais é capaz de influenciar a percepção dos acadêmicos de Jornalismo quanto à representação do negro na imprensa e na mídia, realizamos esta pesquisa colaborativa, com uma proposta de construção coletiva de conhecimento.

Foi somente no ano de 2004 que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foram aprovadas para que esse conteúdo pudesse ser trabalhado com crianças e jovens de nosso país. Apesar de recente, essa é uma conquista importante do Movimento Negro em busca da valorização cultural e da igualdade de condições para a população negra no Brasil (BRASIL, 2006).

Dessa forma, a Educação das Relações Étnico-Raciais compreende uma ação afirmativa, no sentido de trabalhar o respeito e o reforço da identidade negra através da educação, enquanto caminho para “reparação humanitária do povo negro brasileiro” (BRASIL, 2006, p. 21) na busca de “corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação” (BRASIL, 2006, p. 21).

Nesse sentido, as Diretrizes bem ressaltam que:

É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. [...] É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Contudo, o Movimento Negro ressignificou esse termo dando-lhe um sentido político e positivo. Lembremos os motes muito utilizados no

final dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980, 1990: Negro é lindo! Negra, cor da raça brasileira! Negro que te quero negro! 100% Negro! Não deixe sua cor passar em branco! Este último utilizado na campanha do censo de 1990 (Brasil, 2004, p. 15).

A partir desse cenário brasileiro de opressão à população negra, já trazido nesta pesquisa em capítulos anteriores e reforçado pelo texto das Diretrizes, é que vamos trabalhar a partir da proposta da Educação das Relações Étnico-Raciais como caminho para mudança de comportamento, desconstrução de conceitos e quebra de estereótipos racistas.

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras (Brasil, 2004, p.16).

A partir desses elementos, a ação desenvolvida foi dividida em 20 horas de encontros presenciais em sala de aula, ocorridos nos dias 28/10/2017, 04/11/2017, 11/11/2017 e 18/11/2017, e cerca de mais 20 horas de trabalho individual de campo realizado pelos alunos participantes.

Essa ação foi formalizada como um curso de extensão abrigado pela Faculdade Estácio de Macapá, que proporcionou toda a infraestrutura necessária para a realização das atividades, compreendendo sala de aula iluminada e climatizada, quadro branco, cadeiras com apoio, mesa e projetor multimídia. Todos os encontros em sala de aula foram registrados em vídeo, e os arquivos foram utilizados para análise posterior, permanecendo guardados com este pesquisador.

Além dos ensinamentos já trazidos por Freire (1985; 1996), pautamos esta intervenção nos fundamentos da didática construtivista, que, conforme Mizukami (2001), baseia-se nos conhecimentos trazidos pela psicologia para explicar como o indivíduo assimila e trabalha as informações a que é exposto, construindo significados e produzindo conhecimento. Dessa forma, o processo de aprendizagem se dá através da interação das pessoas entre si e com o meio, não somente no ambiente de sala de aula, mas valorizando todo o aprendizado adquirido por cada indivíduo ao longo de sua vida até ali.

Ainda segundo a autora (2001), dentro dessa metodologia, o professor torna-se um facilitador do processo de aprendizagem, conduzindo experiências e discussões em grupo, proporcionando a desconstrução de antigos conceitos e a construção de novos, sempre a partir da interação e vivência dos alunos, de modo que haja uma construção ativa do conhecimento por parte do grupo.

Partindo desse embasamento pedagógico, foi construído o planejamento de ações para esta atividade de intervenção e a devida execução deste plano, com as observações e resultados que passamos a descrever neste capítulo.

4.1 Seleção dos participantes

Como público-alvo de trabalho para esta pesquisa, conforme já mencionado na Introdução deste trabalho, quando se trata da metodologia, elegemos estudantes do curso de graduação em Jornalismo das duas instituições que o ofertam no estado do Amapá: Universidade Federal do Amapá (Unifap) e Faculdade Estácio de Macapá. Em ambas, este pesquisador lecionou para o referido curso durante o período de realização desta pesquisa, enquanto professor substituto na Unifap (de 11/2015 a 11/2017) e professor assistente na Estácio (desde 03/2017). Dessa forma, foi possível identificar nos alunos durante as aulas normais do curso de Jornalismo, a demonstração de reprodução de pensamentos e estereótipos racistas presentes na sociedade brasileira.

Acreditamos, conforme também já explicitado neste trabalho, que o jornalista em formação é mais aberto a reflexões e mudanças de pensamento e que, se forem trabalhados os conceitos de igualdade racial propostos, poderemos contar com jornalistas conscientes, que, além de romper com a reprodução de estereótipos racistas na mídia, possam promover a igualdade racial na imprensa brasileira.

Assim sendo, este pesquisador, enquanto professor de quatro turmas de Jornalismo na Universidade Federal do Amapá e de duas turmas do mesmo curso na Faculdade Estácio de Macapá, explicou sobre a presente pesquisa e a intervenção proposta junto aos acadêmicos, sem, no entanto, enfatizar o objetivo de desconstruir conceitos raciais para não sugerir o comportamento dos participantes.

Só não foram convidados a participar deste projeto, os alunos com menos de um ano de curso, uma vez que poderiam não ter conhecimento jornalístico

suficiente para trabalhar de forma crítica as provocações propostas. Além disso, apresentariam maior dificuldade na produção de produtos jornalísticos propostos na intervenção como atividade de campo.

Com esse trabalho de divulgação junto aos alunos, foi gerada uma lista de interessados com 57 nomes. Porém, somente 32 informaram corretamente os contatos de e-mail para inscrição e participação na atividade proposta.

Esses 32 alunos foram contatados por e-mail, conforme procedimento informado a eles, confirmando sua participação na atividade e informando o cronograma dos encontros, com locais e horários. Porém, desses 32 alunos, apenas 15 compareceram ao encontro inicial. E, desses 15, somente 10 alunos permaneceram durante toda a ação.

Apesar de um número de participantes menor do que o esperado durante o projeto de pesquisa, o grupo trabalhado forneceu elementos suficientes para o desenvolvimento da presente análise.

No entanto, é importante refletirmos sobre esses números antes de prosseguirmos. Em um universo com mais de 100 alunos de Jornalismo, menos da metade declarou interesse em participar de uma ação que visava promover igualdade racial na imprensa. Isso é muito preocupante e demonstra a realidade que outras pesquisas, de abrangência nacional, como o estudo realizado pela ANDI, intitulado “Imprensa e Racismo: Uma análise das tendências da cobertura jornalística” (ANDI, 2012), apontam, conforme já citado neste trabalho.

Dentre esses alunos que declaram um interesse inicial, somente uma parte forneceu os dados necessários para a participação. Desses que forneceram os dados, a metade compareceu ao primeiro dia de atividades. E, desse grupo, um terço não deu continuidade às ações propostas.

Apesar de um grupo ter nos procurado após o primeiro dia de atividades com intuito de participar dos próximos encontros, e de outros alunos terem se justificado pessoalmente, alegando diversas razões para a não participação no dia marcado, a proporção de futuros jornalistas que manifestaram seu real interesse na temática racial demonstra como ainda estamos no início desta caminhada e a necessidade de desenvolvermos mais trabalhos como este, com intuito de promover a igualdade racial nos diversos meios sociais.

4.2 Estrutura da ação

A intervenção proposta foi realizada seguindo três momentos distintos:

- 1) Diagnóstico inicial de percepção do grupo quanto à pessoa negra e ao racismo (em sala de aula);
- 2) Apresentação de informações e mediação de discussões visando à desconstrução de conceitos (em sala de aula);
- 3) Diagnóstico final de percepção do grupo quanto à pessoa negra e ao racismo (em sala de aula e a partir da produção jornalística realizada fora da sala de aula).

Dessa forma, para melhor organizar a descrição, utilizaremos esse agrupamento para apresentar as ações.

4.2.1 Diagnóstico inicial de percepção do grupo quanto à pessoa negra e ao racismo

Os alunos presentes no primeiro encontro foram recepcionados e informados que participariam do desenvolvimento de uma pesquisa deste autor dentro do programa de pós-graduação em nível de mestrado em Desenvolvimento Regional, ofertado pela Universidade Federal do Amapá, que sediou esse primeiro encontro.

Foram informados de que todas as discussões realizadas durante os encontros seriam analisadas dentro dessa pesquisa, mas que a identidade de cada um deles seria preservada, garantindo a liberdade de expressão de pensamentos e opiniões.

Cada um leu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde contavam todas as informações sobre o projeto e a participação de cada aluno.

O objetivo principal deste primeiro encontro foi o de buscar um diagnóstico da percepção do grupo quanto ao racismo e à igualdade racial. Dessa forma, após essas explicações iniciais, a turma foi dividida em dois grupos, sendo esta atividade realizada com um grupo de cada vez, de forma que o outro grupo não tivesse acesso ao que ocorria dentro da sala com o grupo que fazia a ação. Assim, os alunos receberam a seguinte orientação:

_ Este é um teste de percepção para medir sua capacidade de descrever imagens e cenas. Descreva as situações de cada uma das fotos na folha em branco, na ordem em que aparecem.

Assim, foram mostradas as seguintes imagens, numeradas, e solicitado ao grupo que descrevesse cada uma, por escrito, em uma folha de papel em branco que lhes foi entregue para a atividade.

As imagens mostradas ao Grupo 01, primeiro grupo de alunos que realizou a atividade, são mostradas no Quadro 4.

Quadro 4 – Reprodução de imagens com ações realizadas por pessoas brancas, utilizadas em campanha veiculada pelo Governo do Estado do Paraná em 2016.





Fonte: Site do Governo do Estado do Paraná (2016). Acesso em outubro de 2017.

As descrições do Grupo 1, que visualizou essas imagens, foram variadas, porém, todas positivas, descrevendo cenas do cotidiano ou até publicitárias, dando ênfase às características físicas das pessoas. Algumas descrições citam:

“Homem posando para uma foto.” “Homem branco, cabelos e olhos claros, parece um modelo posando para uma fotografia.” “Homem loiro sendo fotografado para, talvez, editoria de moda.” “Um homem posando para revista, pelo menos é o que parece. Pois tem características que chamam atenção do público, como ser loiro, magro, branco, bem vestido.”

“Mulher loira em uma loja de roupas. Pode estar sendo usada como modelo de propaganda ou apenas olhando o mostruário e analisando peças de roupas.”

“Em uma rua, que parece contornar um parque, um homem alto, branco, de cabelos ruivos, corre.” “Homem correndo em uma rua com fluxo de carros. Não aparenta estar fugindo, podendo ser outra propaganda.”

“A cena destaca um homem sério de terno.” “Homem bem vestido, com terno e gravata.” “Homem apresentável, por estar vestindo terno e gravata, onde está posando para foto em um determinado local.”

“Homem verdadeiro capa de revista, forte, loiro, cuidando do jardim em uma casa.” “Ele aparenta gosto pelo que está fazendo.” “Homem de chapéu e camisa listrada, barba feita, podando uma planta, provavelmente em sua casa.”

“Uma mulher de aparência jovem segura uma esponja. A cena transmite paz e limpeza.” “Mulher limpando ambiente de sua cozinha.” “Uma mulher fazendo uma limpeza na cozinha de sua casa e aparenta estar contente.”

“Uma jovem com uma lata de spray na mão finaliza um desenho de um muro. A jovem vestida de branco, usa uma touca também branca e aparenta estar feliz.” “Mulher de touca e roupa brancas, óculos preto, fazendo grafites em uma parede cheia dos mesmos.” “Uma jovem fazendo arte no muro, usando óculos, boina e casaco. Característica de quem faz grafite pelas ruas.”

É interessante notar alguns termos usados pelos alunos em suas descrições, como “homem branco”, “parece um modelo”, “jovem fazendo arte”, “de sua casa”, “verdadeiro capa de revista”, “modelo de propaganda”, dentre outras.

Essas expressões evidenciam a internalização dos padrões de beleza e sucesso vendidos e propagados pela mídia atualmente.

Agora, vejamos as imagens apresentadas ao Grupo 2, que realizou a atividade separadamente do primeiro grupo, sem ter qualquer contato. São retratadas as mesmas cenas, porém, com pessoas negras, conforme aponta o Quadro 5.

Quadro 5 - Reprodução de imagens com ações realizadas por pessoas negras, utilizadas em campanha veiculada pelo Governo do Estado do Paraná em 2016.

01



02



03



04



05



06





Fonte: Site do Governo do Estado do Paraná (2016). Acesso em outubro de 2017.

Agora, podemos observar que as descrições do Grupo 2 não são tão positivas como as do Grupo 1, apesar de variadas. Alguns alunos se detiveram na descrição material das imagens, mas a maioria emitiu uma percepção de valores, como podemos observar em algumas descrições, demonstradas a seguir:

“Homem de cor (afrodescendente), encostado em um muro, aguardando seus irmãos de cor para revolução.” “Jovem negro, encostado em uma parede de concreto, olha para frente como quem espera por alguém/algo.” “Um modelo negro, fazendo sessão de fotos, sério, com estilo bad boy, com cabelo espetado.”

“Uma mulher negra, provavelmente estava saindo do trabalho e resolveu fazer compras.”

“Homem negro correndo, em fuga. Provavelmente fugindo da polícia, roubando ou sendo acusado injustamente de roubo ou crime nas ruas.” “O jovem parece assustado/preocupado, parece estar correndo atrás de alguém ou até mesmo de um ônibus.” “O rapaz negro está correndo em um local que aparenta ser uma periferia.” “Parece uma pessoa fugindo de algo.” “Rapaz negro correndo em meio à rua, aparentemente assustado.”

“Uma moça decidindo o que vestir para uma entrevista de emprego.”
“Modelo afrodescendente experimentando alguma peça de roupa para desfile de moda.”

“O homem também aparenta ser motorista particular ou até mesmo segurança.” “Um segurança de uma pessoa bastante famosa.”

“Jardineiro cuidando dos afazeres no cotidiano.” “Um jardineiro, podando as plantas em um jardim.” “Rapaz fazendo serviço de jardinagem, aparando os galhos de uma planta.” “Supostamente jardineiro.” “Jovem trabalhador, demonstra robustez ao realizar trabalho de jardinagem.”

“Doméstica em serviço.” “Mulher limpando a pia, pode ser uma doméstica, camareira ou diarista.” “Uma moça trabalhando com a limpeza da cozinha de uma casa.” “Uma mulher de pele escura, cabelo preto e cheio, está com luvas e seca a pia.”

“Uma jovem está pichando um muro.” “Jovem utilizando spray para pintar ou pichar parede ou muro.”

Mesmo sendo as mesmas ações retratadas nas fotos do grupo anterior, muitas descrições foram diferentes, interpretando essas ações devido, basicamente, à cor da pele e aparência das pessoas que protagonizam as cenas.

É importante destacar expressões utilizadas pelos alunos, como “homem de cor”, “irmãos de cor”, “fugindo da polícia”, “roubando”, “acusado”, “assustado”, “periferia”, “jardineiro”, “serviço”, “doméstica”, “camareira”, “diarista”, “mulher de pele escura”, “pichando um muro”.

Como pode ser percebido, as expressões positivas relacionadas aos padrões de beleza e sucesso que foram utilizadas pelos alunos que analisaram as imagens do Grupo 01, não foram repetidas aqui, com poucas exceções.

As expressões que se destacam remetem ao estereótipo do negro no Brasil, associado ao trabalho físico, ao crime, à periferia. Ao analisarmos as descrições de cada imagem nos dois grupos, podemos ir mais além.

A cena que trazia um modelo praticando esporte, passou a trazer um bandido em fuga. O homem que posava para uma foto encostado no muro passa a ser alguém esperando “seus irmãos de cor para revolução”. A modelo de revista passou a ser uma mulher saindo do emprego que decidiu fazer compras. O modelo ou executivo bem vestido passa a ser motorista particular ou segurança. O rapaz

que cuida de seu próprio jardim passa a ser um jardineiro executando seu serviço. A mulher que cuida de sua casa, agora é uma diarista, doméstica ou camareira. Por fim, a garota que fazia arte e grafite nos muros, passou a pichar as paredes.

O mais preocupante é saber que essa atividade de percepção foi realizada com estudantes de Jornalismo, futuros jornalistas, encarregados de descrever e interpretar os acontecimentos para a sociedade.

E esses resultados não foram únicos ou isolados. Essa metodologia foi adaptada a partir de uma prática adotada pelo governo do estado do Paraná, que demonstrou a diferença de percepção e interpretação dessas mesmas cenas, mas trabalhadas com Gestores de Recursos Humanos daquele estado.

O resultado foi gravado em vídeo, editado e divulgado pelo governo paranaense como forma de despertar a população para os estereótipos racistas que conduzem à manutenção do racismo em nossa sociedade.

O vídeo, intitulado “Teste de Imagem”, publicado em novembro de 2016, ainda está disponível no perfil do governo do Paraná na rede social Facebook, com mais de 23 milhões de visualizações até o momento, e pode ser acessado pelo link <https://web.facebook.com/governopr/videos/890716684362421/>. Os resultados são bastante semelhantes aos obtidos em nossa ação dentro desta pesquisa.

Após a realização dessa primeira atividade de percepção, todos os alunos foram convidados a ficar na sala para a apresentação da próxima ação. Foi solicitado que os alunos lessem atentamente a seguinte notícia do Quadro 6 e anotassem as informações principais do fato.

Quadro 6 – Reprodução de notícia veiculada no portal G1 em 2017.

≡ MENU | G1
SANTOS E REGIÃO
TV TRIBUNA
Q BUSCAR

Família é amarrada e vizinho morre durante assalto em São Vicente, SP

Crime aconteceu na noite desta quinta-feira (21), na Vila Fátima. Vizinho foi reclamar que carro estava atropalhando e acabou sendo baleado.

Uma família foi amarrada e ficou na mira de criminosos durante um assalto a uma residência, na noite desta quinta-feira (21), em São Vicente, no litoral de São Paulo. O vizinho da família acabou sendo baleado durante a fuga dos assaltantes e morreu na manhã desta sexta-feira (22). Os criminosos fugiram com o carro e com objetos da família.

De acordo com informações da Polícia Civil, o crime aconteceu por volta das 21h, na rua Stélio Machado Loureiro, na Vila Fátima. Quatro homens armados chegaram no

local em um carro branco. Artur Martins Ataíde, de 62 anos, estava chegando em casa e, quando foi fechar o portão da garagem, foi abordado pela quadrilha.

Os homens obrigaram Artur a entrar em casa, onde estavam a esposa dele e a cunhada. Todos foram amarrados pelos criminosos. Enquanto eles escolhiam os objetos que iriam levar, o sobrinho de Artur chegou na residência. Um dos assaltantes deu uma coronhada no rapaz, que também foi amarrado.

O vizinho da casa ao lado, Rogério Ildefonso Pereira, de 37 anos, se aproximou do local para reclamar que o carro branco estava atrapalhando, o impedindo de entrar na sua garagem. Nessa hora, Rogério viu desconhecidos carregando objetos para fora da casa de Artur e percebeu o que estava acontecendo.

O vizinho correu em direção ao próprio carro para fugir dos criminosos. Em seguida, ele foi atingido por um tiro no braço esquerdo, o que fez com que perdesse o controle do carro e colidisse com o portão de uma casa próxima. O carro também invadiu parte de uma residência.

Rogério foi encaminhado para o Hospital Municipal de São Vicente e passou por cirurgia na noite desta quinta-feira. O morador ficou internado na UTI em estado grave e morreu na manhã desta sexta-feira.

A quadrilha levou uma televisão, joias, roupas, celulares e dinheiro da família. Eles fugiram no carro branco, utilizado para chegar ao local do crime, e também utilizaram o carro cinza da vítima. Segundo a Polícia Civil, nenhum suspeito de envolvimento no crime foi preso até a publicação desta reportagem. O caso foi registrado na Delegacia Sede de São Vicente.

Fonte: Portal G1. Acesso em outubro de 2017.

Após a leitura da notícia, os alunos foram solicitados a identificar os personagens citados na notícia, de acordo com a numeração associada às fotografias, conforme Quadro 7:

Quadro 7 – Reprodução de fotografias de pessoas negras e brancas retiradas da internet em 2017.



Fonte: Imagens retiradas da internet.

As fotos foram escolhidas por este pesquisador a partir de publicações variadas na internet, com o seguinte cuidado: Todas as pessoas negras retratadas não cometeram qualquer ato ilícito. Nem o indivíduo que aparece algemado na foto número 7. Ele foi preso injustamente e a foto mostra o dia do julgamento onde foi provada sua inocência. Por outro lado, todas as pessoas brancas retratadas aqui cometeram, comprovadamente, algum ato ilícito ou socialmente condenável, como extorsão, tráfico de drogas, sequestro, assassinato ou roubo.

Esse cuidado foi necessário para verificar até que ponto a cor da pele influencia no julgamento das pessoas por parte do grupo de futuros jornalistas que participou da pesquisa.

Personagens da notícia:

Bandidos	Cunhada
Primeira Vítima	Sobrinho
Esposa	Vizinho

Após a exposição das fotografias e da lista de personagens, os alunos passaram a associar as pessoas nas fotografias aos personagens da notícia conforme julgassem mais pertinente. Eles foram informados de que não havia respostas certas ou erradas e que a reflexão deles sobre a atividade seria mais importante do que o resultado.

Inicialmente, cada um deveria formar sua seleção individualmente, registrando em uma folha de papel em branco. Após essa primeira fase, quando todos já haviam respondido por escrito, houve o estímulo para que eles trocassem ideias e opiniões abertamente, discutindo suas escolhas.

Nesse momento, pudemos observar a presença clara dos estereótipos reproduzidos pela mídia, conforme já tratamos nesta pesquisa em capítulo anterior.

Nas discussões, sentimentos como “medo” ou “pena” foram associados às fotografias dos negros. Uma frase de um dos participantes foi emblemática nesse contexto: “Não adianta dizer que se você encontrar um branco na rua de noite você vai ter medo de ser assaltado. Agora, se encontrar um negro, é claro que a gente vai ficar com medo. Isso é fato.”

Em análise das respostas escritas nessa atividade, temos que 53% dos alunos associaram os negros aos bandidos, ou seja, mais da metade dos alunos participantes.

Após as discussões sobre as respostas da atividade, sempre garantindo a não identificação posterior do aluno, foi orientado o questionamento se é possível associar a aparência de uma pessoa a uma atitude ou comportamento. Após o grupo debater e perceber que não podemos julgar as pessoas por sua aparência, este pesquisador chamou atenção para o fato de que, na notícia analisada por eles durante a atividade, havia a informação de que os bandidos estavam foragidos e não haviam sido identificados pela polícia. Logo, não havia como associar nenhuma daquelas pessoas mostradas nas fotos aos bandidos.

Essa reflexão foi o ponto de partida para a próxima etapa da colaboração, com o questionamento aberto à turma: “Existe racismo no Brasil?” E, após as respostas, o segundo questionamento: “Você é racista?”

Como resultado dessas ações de diagnóstico inicial do grupo trabalhado, verificamos a manifestação de percepções e estereótipos racistas.

4.2.2 Apresentação de informações e mediação de discussões visando à desconstrução de conceitos

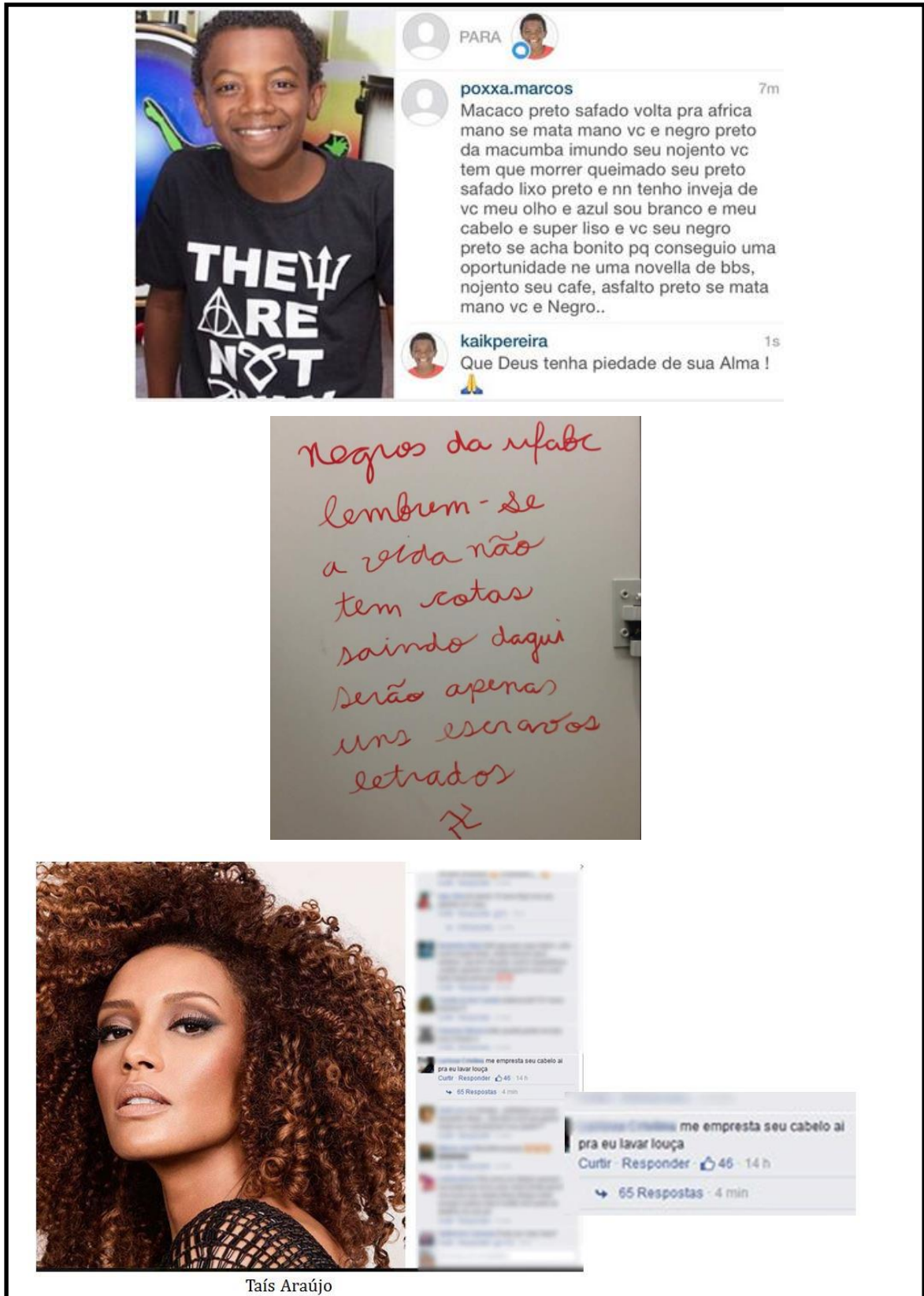
Esta segunda fase das atividades, dentro da metodologia colaborativa, foi trabalhada sob a perspectiva da pedagogia construtivista, conforme explicado inicialmente neste capítulo. Dessa forma, lançamos questionamentos ao grupo, sem dar as respostas, fornecemos informações históricas e dados de pesquisas científicas, econômicas e sociais, motivando e mediando discussões entre os alunos, com objetivo de facilitar a construção coletiva de conhecimento.

Nesse contexto, foram levados à apreciação e discussão da turma, conceitos relacionados à Educação das Relações Étnico-Raciais, iniciando com o mito da democracia racial no Brasil, já discutido em capítulos anteriores desta pesquisa.

Dentro dessa temática, foram apresentadas as imagens do Quadro 8, retiradas em sites diversos da Internet e colocadas para discussão:

Quadro 8 – Reprodução de manifestações racistas retiradas da internet em 2017.





Taís Araújo

Fonte: Imagens retiradas da internet.

Durante as discussões e debates sobre as imagens apresentadas e se existe ou não racismo no Brasil atualmente, uma parcela considerável dos

participantes demonstrava opiniões sedimentadas quanto essa questão, declarando acreditar que no Brasil não há racismo e, sim, discriminação social, que o brasileiro é um povo miscigenado e que, por isso, não haveria discriminação por conta da cor.

Esse comportamento somente reforça a percepção trazida pelas atividades de diagnóstico inicial, realizadas anteriormente.

Um dos participantes, em particular, era bastante enfático ao declarar suas opiniões, chegando a declarar que “quem promove o racismo no Brasil é o próprio negro”. E, em outra oportunidade, afirmou que “se continuarmos dessa forma, daqui um tempo o negro vai ser um superpoderoso e os brancos é que serão submissos”.

Após essa etapa de debates, trouxemos dados das últimas pesquisas publicadas pelo IBGE (2015), já informados em capítulos anteriores desta pesquisa, que mostram a relação entre a pobreza e a questão racial no Brasil, através de números e fatores socioeconômicos. Com essas informações, os alunos puderam refletir sobre o reflexo que os quase quatro séculos de escravidão e segregação social e econômica trouxeram à população negra no Brasil e que essa condição de periferia social é uma realidade atualmente.

Nesse sentido, os alunos concluíram que o país tem um débito social com a população negra devido a essa privação de liberdade física, intelectual e econômica a que foram submetidos e cujos reflexos carregam até hoje. Mas, o mesmo aluno que manifestou sua opinião de forma contundente no debate anterior, ainda manteve-se irredutível: “Não acho certo que os brancos paguem por essa dívida com os negros”, afirmou alegando que o país paga esse débito com os impostos que as pessoas brancas pagam ao governo.

Esse tipo de pensamento demonstrado pelo aluno não é incomum na sociedade. Só não é declarado abertamente como tivemos oportunidade de vivenciar nesse ambiente de pesquisa. É justamente o racismo velado, o mais difícil de combater. Quando o indivíduo manifesta seu pensamento abertamente e se dispõe a discuti-lo, a possibilidade de conscientização e desconstrução de conceitos é bem maior, conforme demonstraremos neste relato.

Após esse momento, passamos a debater a respeito do conceito de raça e a história dos diversos pensamentos que buscaram justificar ou legitimar a supremacia das raças na humanidade. E, nessa trajetória, chegamos ao pensamento atual, da negação do racismo a partir da biologia, que atesta a existência de somente uma

raça dentre a população: a raça humana. Nesse sentido, cabe trazer o que bem ensina o professor Kabengele Munanga (2000):

Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2000, p. 22)

Seguindo o raciocínio, proporcionamos a discussão sobre a evolução das raças através do branqueamento. Para isso, trouxemos a Pintura 1, feita pelo espanhol Modesto Brocos, em 1895, denominada “Redenção de Cam” e aproveitamos para introduzir o argumento utilizado por muitos na história para justificar biblicamente o racismo, através do que denominou-se “Maldição de Cam”. Segundo a Enciclopédia Itaú Cultural:

[...] a obra faz referência direta à passagem bíblica de Cam, filho de Noé, castigado por ter olhado o pai nu e bêbado. Na verdade, o castigo divino é aplicado a seu filho Canaã, amaldiçoado como "servo dos servos". O fato de Cam ser apontado na Bíblia como suposto ascendente das raças africanas faz com que tal passagem comece a ser usada pelos defensores da escravidão negra como um argumento claro de que tal sistema não seria contrário aos desígnios de Deus. (ENCICLOPÉDIA, 2018, np)

Finalizando esse bloco de discussões e debates, apresentamos um vídeo realizado com crianças, onde elas são levadas a dar suas opiniões a respeito de desenhos de bonecos brancos e pretos, representando outras crianças. O vídeo foi produzido pela emissora de televisão norte-americana CNN e exibido originalmente no programa “Anderson Cooper 360”. O vídeo com legenda em português pode ser acessado no link <https://youtu.be/CkcpROCi0IA>.

Pintura 1 – Reprodução da pintura “Redenção de Cam”, feita pelo espanhol Modesto Brocos, em 1895



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural.

O material gerou comoção em grande parte da turma, mas acreditamos ter sido necessário para demonstrar os efeitos dos pensamentos racistas que são passados através das gerações dentro das casas, na educação das crianças.

Os alunos concluíram que não é da natureza humana ser racista. Que esses conceitos são aprendidos através da família e dos grupos sociais.

Neste ponto, iniciamos as discussões sobre o papel da mídia nesse processo de educação. A mídia, atualmente, contribui para promover a igualdade racial ou ajuda na manutenção do racismo com a propagação de estereótipos racistas?

Iniciamos o debate com informações sobre estereótipos e a visão do outro pelo eu, conforme ensinam Burke (2004) e Todorov (1993), já mencionados em capítulos anteriores desta pesquisa.

O resgate histórico do contato do povo europeu com outros povos a partir da expansão colonialista, mostrando como os autores da época descreviam os outros povos como bárbaros, foi fundamental para avançar as discussões sobre esse tema.

E as citações de europeus nos primeiros contatos com os homens negros, associando-os a animais e à bestialidade, contribuíram para que os alunos pudessem refletir sobre a origem dos estereótipos racistas.

A partir daí, passamos a falar do Brasil, mostrando como o negro é retratado pela mídia, desde os anúncios como mercadoria nos jornais do período escravocrata, até os dias atuais, nas mais diversas mídias. Trabalhamos os conceitos e exemplos já trazidos nesta pesquisa em capítulos anteriores.

Neste momento, os alunos já demonstravam e declaravam uma mudança de postura, com a desconstrução de conceitos anteriormente defendidos por eles relativos às questões étnico-raciais.

A condução das discussões envolvendo a mídia tornou o tema ainda mais próximo da realidade deles. Os alunos viram que são responsáveis pelo que é transmitido pela mídia à sociedade enquanto jornalistas. E isso fez com que eles despertassem um sentimento de dever social a cumprir. Além de que, conforme algumas declarações durante os encontros, se conscientizassem do poder social que eles possuem a partir do momento que trabalham com comunicação, jornalismo e mídia.

Finalizando esse momento de aprendizagem, mostramos um vídeo produzido nos Estados Unidos, que encena dentro de um grupo de negros a discriminação racial com uma mulher branca, apenas por ela ser branca. O vídeo mostra a reação das pessoas envolvidas e traz depoimentos emocionantes de sofrimento vivenciado pelos negros com o racismo e o preconceito na sociedade. Em todas as vezes que encenaram a situação, as pessoas negras saíram em defesa da atriz branca que sofria a discriminação, alegando que o racismo precisa acabar e que não é certo revidar o preconceito.

O vídeo é emocionante e, com essa contribuição, praticamente toda a turma se comoveu, demonstrando já haver identificação e aproximação com as questões étnico-raciais. O arquivo pode ser acessado no seguinte link: <https://youtu.be/VeLknckWfLk>.

Todo o conteúdo debatido até esse ponto levou o grupo a perceber a existência do racismo, suas origens e suas consequências para a população negra ao longo da história. Mas o que pode ser feito para mudar esse cenário? Essa foi a pergunta lançada para debate durante o último encontro em sala de aula.

A partir das discussões, levamos ao grupo informações sobre as Ações Afirmativas, seu conceito, história, objetivos e resultados já alcançados no Brasil.

A Constituição de 1988 prevê que todos são iguais perante a lei. Porém, sabemos que, por conta de diversos fatores sociais, isso não é verdade. Dentro da discussão que fazemos a respeito do racismo, fica clara a desigualdade de condições da população negra no país. Assim sendo, verifica-se a ineficácia desse princípio legal brasileiro.

A partir dessa constatação e pensando em garantir essa igualdade na prática, verificou-se que um tratamento diferenciado precisaria ser dado a todos aqueles que estivessem em condições inferiores para que pudessem alcançar a igualdade de tratamento legal. Nesse sentido, explica Guimarães (1999):

Não podemos continuar a dispensar um tratamento formalmente igual aos que, de fato, são tratados como pertencentes a um estamento inferior. Políticas de ação afirmativa têm, antes de mais nada, um compromisso com o ideal de tratarmos todos como iguais. Por isso, e só por isso, é preciso em certos momentos, em algumas esferas sociais privilegiadas, que aceitemos tratar como privilegiados, os desprivilegiados. (GUIMARÃES, 1999, p.180)

Continuando as discussões nesse sentido, trouxemos ao debate o fato de as ações afirmativas possuírem objetivos claros e definidos e serem temporais, ou seja, foram criadas para terem efeito somente enquanto forem necessárias em uma sociedade, e não para serem permanentes.

Alguns dos alunos participantes do grupo acreditavam que essa iniciativa das ações afirmativas era brasileira, não havendo essa prática em outros países. Nesse sentido, explicamos que a política de ações afirmativas surgiu nos Estados Unidos a partir da década de 1960 e que, posteriormente, também foi aplicada em diversos países da Europa, havendo diversos casos de sucesso que comprovam sua eficácia na reparação das desigualdades (DUARTE, 2014).

Importante destacar que as ações afirmativas também colaboram para o reconhecimento de identidades culturais e promovem a valorização de etnias que, até então, eram subvalorizadas em uma sociedade (BERNARDINO, 2002). Um dado interessante nesse sentido é o aumento do número de pessoas que se autodeclararam negras no último censo do IBGE (2015), o que pode ser analisado

como uma demonstração do aumento do reconhecimento e orgulho da própria população negra quanto à sua cultura no Brasil.

Apesar de a maioria das pessoas, incluindo nosso grupo de alunos até o momento dessa discussão, imaginar que ações afirmativas se resumem às cotas nos processos seletivos, essa política abrange diversas modalidades, como processos de conscientização social e empoderamento, a introdução no currículo escolar de conteúdos específicos que promovam essa conscientização, desenvolvimento de habilidades específicas para as populações atendidas, acesso a recursos pedagógicos que favoreçam a educação e aprendizagem, além da política de cotas (DUARTE, 2014).

Nesse sentido, exemplificamos as diversas ações adotadas pelo governo brasileiro, dentre elas:

- Lei 10.639/03 - torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas;
- Lei 11.645/08 - diz respeito à inclusão da História da África e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar;
- Lei Nº 12.288/2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- Lei de Cotas no Ensino Superior – Lei 12.711/2012;
- Portaria Normativa Nº 18/2012 - Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino;
- DECRETO Nº 7.824/2012 - Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio;

E, especificamente no estado do Amapá, destacamos as seguintes ações afirmativas:

- Lei 08/2004 – Art. 10. Criação da Secretaria Extraordinária de Políticas para os Afrodescendentes - SEAFRO.
- Lei 1022/2006 – cotizar vagas destinadas a vestibulandos indígenas ou descendentes diretos;
- Lei 1023/2006 – reservar vagas para oriundos de rede pública;
- Lei 1258/2008 – Art. 1º. A Universidade do Estado do Amapá - UEAP reservará em cada processo seletivo, cota de ação afirmativa para estudantes afrodescendentes;

Com relação à política de cotas nas universidades públicas, explicamos o que diz a Lei 12.711/2012:

Art. 1º - As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

[...]

Art. 3º - Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012)

Nesse sentido, foi explicado o raciocínio utilizado na definição das políticas de cotas nas universidades, que busca garantir o acesso da população ao ensino superior, mantendo a proporção étnica de cada unidade da federação. Nesse ponto, os alunos compreenderam que essa política não se torna um prejuízo ou uma desvantagem para a população branca, uma vez que reproduz a proporção de todas as etnias no ensino superior, além de trabalhar somente com 50% do total das vagas ofertadas, reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas, mantendo o restante das vagas para ampla concorrência.

Durante as discussões sobre esse tema, os alunos demonstraram uma nova visão sobre as ações afirmativas, apoiando sua aplicação e entendendo a necessidade atual dessa intervenção social para a promoção da igualdade racial no nosso país.

4.2.3 Diagnóstico final de percepção do grupo quanto à pessoa negra e ao racismo

Planejamos duas formas de diagnosticar se houve mudança de percepção do grupo quanto à pessoa negra e ao racismo no Brasil. A primeira foi orientar a

produção de matérias jornalísticas pelos alunos, de forma a perceber sua atuação ao lidar com o negro dentro da prática jornalística. A segunda forma, mais direta, foi pedir para que cada um falasse abertamente sobre sua participação nessa atividade de intervenção e comparasse sua forma de pensar antes e depois desse processo.

Vamos, agora, analisar a produção jornalística realizada pelos participantes, durante trabalho de campo, externo à sala de aula. A proposta foi que os alunos produzissem material jornalístico, de qualquer gênero ou formato, tratando de qualquer tema, não necessariamente sobre o racismo, mas que as fontes primárias (pessoas entrevistadas pelo jornalista) fossem negras. O objetivo principal era colocar o aluno em contato com pessoas reais, que vivenciam o racismo em seu dia-a-dia, e perceber como esse aluno, enquanto futuro jornalista, lida com o negro sem ignorar a sua realidade. Os resultados foram gratificantes, como podemos demonstrar com a transcrição de alguns trechos.

“Lembro de quando eu era criança, que briguei muito com meus colegas por conta de uma música que eu nem sabia o significado. E eles cantavam para mim ‘Preto não entra na América’. Depois disso comecei a entender de fato, que tudo isso era preconceito.”

“[...] a mídia contribui para essa disseminação através das novelas, onde geralmente o negro faz papel de motorista, cobrador de ônibus, cozinheiro, jardineiro ou escravo. Porque a imagem que querem passar é que ali é o lugar do negro. Hoje, quantos negros temos na universidade e quantos brancos? Nas próprias empresas, quantos delas têm um negro na direção? E não vai muito longe, no governo, quantos ministros negros nós temos?”

“Relacionado a essas conquistas e dificuldades, o jovem recorda do que um dia o seu mestre Nazaire Attho lhe disse no último ano do ensino médio: ‘Ele falou a mim, Serge, claro que você não tem notas muito boas, mas você é um cara importante nessa sociedade. Se você se acha inteligente, então você é alguém inteligente, se você não se acha inteligente, então você não é inteligente. Você vai viajar e estudar fora. - E agora estou estudando fora do meu país’, conta com um olhar de gratidão e abrindo um sorriso.”

“A Mulher do Fim do Mundo é uma peça teatral amapaense que fala sobre a objetificação e hipersexualização do corpo da mulher negra, estrelada por uma atriz, mulher negra, que para além dos palcos vivenciou ser esta mulher do fim do mundo.”

“Ana Caroline, 28, natural do Piauí, é psicóloga, estudante de Letras e recentemente começou a vivenciar experimentos teatrais, estrelou sua primeira peça denominada A Mulher do Fim do Mundo há um mês atrás em um festival de teatro em Macapá. A peça que foi escrita e dirigida pelo seu esposo, Jones Barbosa, foi inspirada nas vivências dessas mulheres, especificamente as mulheres negras que como Ana Caroline colocou, são as mulheres do fim do mundo.” A Fotografia 1 mostra uma das cenas da peça.

Fotografia 1 – Cena da peça “A mulher do Fim do Mundo”, em 2017.



Fonte: Divulgação da peça.

“É incoerente analisarmos com a mesma ótica as opressões e preconceitos relacionados ao machismo e objetificação do corpo que a mulher branca vive comparado à mulher negra. Há situações socioculturais específicas da população negra, especialmente dentro de um contexto de segregação e classe social, essas especificidades podem funcionar ao mesmo tempo como opressoras ou emponderadoras para as mulheres negras.”

“O feminismo negro é uma vertente do movimento feminista e é preciso reconhecer a importância desse movimento específico. Nenhuma mulher está livre do sistema patriarcal, do machismo, não é negar a objetificação, violência,

exploração cometidas contra qualquer mulher, mas reconhecer que existe contextos diversos. É saber lidar diretamente com as especificidades de cada grupo, promover discussões abrangentes expondo o racismo que está enraizado e estabelecendo um ambiente em que as mulheres negras possam se emponderar.”

“Isso é bastante comum de se ver, mas quando o papel da mídia é exercido de maneira correta, ela está disposta a auxiliar e conscientizar o indivíduo dessa prática absurda [o racismo], que atinge milhões de pessoas e que não pode mais ser esquecida, pois precisa ser resolvida.”

“Por ser de uma família negra e sem condições financeiras, José sofreu diferentes tipos de preconceitos durante sua vida toda, inclusive discriminações que partiram de sua atual esposa. No ano de 1995, aos 32 anos, José Gaia conheceu Maria de Fátima, uma moça bonita e branca, pela qual se apaixonou. Mas, Fátima não se agradava pelas investidas de José. Fátima falava, na época, que tinha ‘horror a homem preto’ e que nunca casaria com um.”

“Quando foi a primeira vez que você percebeu o preconceito de alguém em relação à sua cor? - Eu ainda era criança, vendia chopp [alimento feito a partir de suco de frutas ou leite e congelado em pequenos sacos plásticos para consumo] e salgados nas ruas para ajudar em casa e isso já era muito presente. As pessoas nos olhavam nas ruas, eu e meus irmãos, e pensavam que éramos meninos de rua que queriam roubar algo deles, sempre foi assim. Crescemos vendo aquilo acontecer não só com a gente, mas com amigos que tínhamos também.”

“Assim como o ex-presidente [norte-americano, Barack Obama], a maioria dos negros tem uma grande necessidade de buscar sua realização profissional, com maior dificuldade, pelo preconceito racial existente, que diminui suas oportunidades. E para serem reconhecidos, precisam buscar um diferencial maior, e mesmo alcançando uma grande visualização e prestígio, são expostos a mais situações de preconceito. Uma das características dos racistas é não aceitar que o negro esteja em uma posição de destaque/poder, e com isso, realiza difamação racial.”

“A gente não nasce negro, se torna negro. Eu, na escola, sofri racismo porque era a única negra. O racismo é muito cruel, e de diversas maneiras. O Brasil

é um país racista e a gente tem que admitir isso. Só quem sente o racismo, a sua perversidade, sabe o quanto ele é cruel. E, pra essa situação melhorar, o primeiro passo é a gente se assumir racista. E começar a se observar e a mudar certas atitudes, certos olhares, esse imaginário que foi colocado na nossa cabeça de que tudo que é negro não presta, não é legal, não é bom. A gente precisa tirar esse estereótipo. - Lorena Cristina, Secretária do Instituto de Mulheres Negras do Amapá”.

Como produtos jornalísticos, recebemos reportagens, artigos, entrevistas, infográficos e fotografias, em imagem, e também uma entrevista em áudio. Apesar de as matérias apresentarem erros técnicos, uma vez que os autores ainda estão em formação no curso de Jornalismo, é possível perceber o espaço que o aluno deu às pessoas entrevistadas para que falassem sobre as suas opiniões e vivências. Além disso, fica clara a sensibilização dos alunos para a temática do racismo e o valor e respeito que esse aluno possibilitou aos entrevistados na hora de relatar suas histórias.

Com a análise do material, ainda podemos perceber que esse é o comportamento que os jornalistas profissionais precisam assumir para que haja mais igualdade racial na imprensa. A partir dessa atividade, entendemos que os alunos, futuros jornalistas, demonstraram respeitar a identidade e a complexidade da pessoa negra, sem reduzir a sua participação ou sua vivência a rótulos e estereótipos.

Passemos, agora, a analisar a expressão direta dos alunos que participaram dessa pesquisa ao final dos encontros em sala de aula.

Esperávamos que, após todas as ações desenvolvidas, a proximidade e confiança geradas entre professor e alunos pudessem proporcionar a autonomia e segurança necessárias ao aluno para se expressar livremente, sem qualquer receio de se expor. E essa situação foi conquistada, gerando depoimentos ricos em emoção, conhecimento e espontaneidade. Transcrevemos alguns trechos, tomando o cuidado de manter os traços de oralidade, na tentativa de aproximar o leitor desse momento tão singular desta pesquisa.

“Meu pai é negro e, quando eu nasci, ele já tinha conquistado uma posição social importante. Cresci com ele trabalhando e ele nunca demonstrou nada sobre isso pra gente. Mas agora eu vejo o tanto que ele sofreu pra chegar onde ele

chegou. Tudo eu ele teve que superar. E não teve essa coragem de falar, porque o negro ainda é oprimido. A gente não teve essa conversa, e hoje eu não posso ter, porque ele sofre com o Mal de Alzheimer, mas eu estar aqui hoje é uma compensação a ele, pra entender tudo que ele passou. E hoje eu vou passar para o meu filho tudo isso. Pra ele saber tudo que o avô dele passou.”

“Nesse curso, eu quebrei muitos conhecimentos que eu adquiri ao longo da vida. Foi uma reconstrução com novas informações e um curso que eu parei pra refletir sobre muitas coisas, como a quebra de estereótipos, e essas coisas realmente fazem a gente evoluir. Estou saindo daqui com uma nova visão. Eu aprendi muito, muito obrigada!”

“Eu também me desconstruí muito aqui, porque eu cheguei muito decidida. Acho que a gente apanha tanto que, quando alguém chega como forma de carinho, a gente se assusta um pouco. Eu me senti assim. Senti que foi muito bom pra mim. Tá na minha vida querer trabalhar mais isso, só que olhando dessa forma, pelo diálogo, como uma forma mais ampla. Quero deixar minha admiração e gratidão.”

“Quero agradecer por essa oportunidade. A gente fica mais sensível a essa situação, olha de forma diferente e fica mais atento. É algo que já existia, mas nem todo mundo tinha esse olhar com o que acontecia.”

“Eu gostei muito de participar. Parece que eu nunca presenciei isso [o racismo], parece coisa de outro mundo, que não é real. Eu vim de uma família muito diversa, meu pai é negro, minha mãe é branca, e eu nunca tive esse problema na minha família. Mas o curso serviu pra me mostrar que existe e tá aí, e a gente tem que encarar de frente. Foi uma experiência maravilhosa.”

“Eu vi como é absurda essa representação midiática da mulher negra.”

“No trabalho de campo eu vi que os negros não querem se vingar, eles querem só ser ouvidos, querem ser iguais, só isso.”

“Esse curso foi maravilhoso pra todos nós, porque ele tem uma base. É um assunto que a gente vê sempre, às vezes comenta, mas não para pra se aprofundar a respeito do assunto. Essa questão do racismo, das cores, de falar a respeito do negro, da questão da sociedade, da questão histórica... É uma coisa que a gente vê na escola e por ali fica. Algumas vezes a gente debate em rede social, mas não é um meio onde a gente se aprofunda. Então, eu posso dizer que eu mudei muito o meu pensamento desde o primeiro dia da oficina. Foi, digamos assim, um choque de realidade. Eu me sinto muito grata, aprendi muito e tô muito feliz de estar aqui.”

“Eu gostei bastante dessa oficina, desde o primeiro dia. Mudou bastante a minha visão quanto a praticamente tudo. Eu fico pensando nas pessoas que não se aprofundam nesse assunto e vão na internet e falam alguma besteira ou saem falando besteira pras outras pessoas. É até chato depois que a gente participa de algo assim, a gente vai conversar com alguém e essa pessoa não entende a gente. Seria bacana se fizesse essa oficina de novo, chamasse mais pessoas.”

“Acho que pra todo mundo aqui na sala, não só pra mim, o curso trouxe uma desconstrução de uma coisa que era minha, e trouxe tantas vertentes, tantos assuntos que foram abordados que a gente não imaginava que poderia conversar. Pra mim, foi mais gratificante eu poder estudar aqui no curso, chegar em casa pra poder almoçar ou jantar com meus pais, e comentar sobre o que é o racismo, o que isso causa nas pessoas, como as pessoas enfrentam isso, e várias outras coisas que deixam a gente muito chocado, muito indignado. É abrir a nossa mente pra pensar no que a gente faz, no que a gente fala, e tomar cuidado com as coisas, porque no curso eu tirei que quem sofre o racismo nunca esquece, quem pratica é que esquece. Repete e esquece. Mas quem sofre, guarda pra sempre.”

“O curso abre a nossa mente pro cotidiano. A gente começa a ficar sensível e passa a analisar o que a gente vê, que o racismo ainda está presente. Depois dessas análises, a gente começa a compartilhar as nossas ideias de outra forma.”

“Minha bisavó era muito preconceituosa. Falava que a minha tia era a neta preferida dela porque era branca. E não deixava meu pai e meus tios entrarem na casa dela porque faziam muita bagunça e dizia que ‘isso era coisa de preto’. Hoje eu

posso conversar com eles sobre esse assunto, até com meu pai, porque ele gostava muito dela e sofreu muito com isso. Hoje eu posso quebrar esse preconceito na minha família.”

“A minha família é muito misturada, tem pessoas brancas, pessoas negras, então eu nunca tive problema com isso. Tanto que eu nunca consegui entender pra que tudo isso sobre racismo. Tanto que eu não era a favor da lei de cotas. Agora, com esse embasamento e essas pesquisas, eu pude entender que realmente faz sentido. O curso foi ótimo para o meu desenvolvimento, não só como acadêmica, mas como pessoa, principalmente.”

“Eu cheguei cheio de argumentos contra essa ideia de que existe racismo, mas durante o curso eu fui tendo oportunidade de abrir minha visão e esclarecer muita coisa. Fui tirando as vendas dos olhos. Eu me perguntei: ‘O que que eu tô fazendo?’ O legal daqui foi aprender a me questionar. Deixar de ver pessoas fazendo as coisas de um jeito e passar a fazer da mesma maneira, sem ver o outro lado. Está comprovado que houve um dano lá atrás para a população negra e isso precisa ser revisto, precisa ser compensado. No decorrer do curso, na atividade de campo, eu tive oportunidade de conhecer e conversar com pessoas que vivem essa realidade. Eu agradeço mesmo a oportunidade. Foi muito importante, principalmente pra nós que vamos ser jornalistas e precisamos levar essa visão pra sociedade, sem correr o risco de repetir pensamentos.”

Durante esse último encontro, um grupo de alunos (apoiados pelo restante da turma) pediu para que essa programação realizada com eles, envolvendo encontros em sala de aula e trabalho de campo, se transformasse em um modelo e fosse aplicada para mais pessoas, dentro e fora da universidade. Segundo eles, o conteúdo gerado nesse experimento possibilitou uma nova visão sobre o racismo e deve ser levado a cada vez mais pessoas como forma de ampliação e fomento ao debate.

As declarações dos alunos que participaram dessa pesquisa demonstram, por si só, as transformações ocorridas em cada um na forma de pensar o racismo. Qualquer tentativa de acrescentar interpretações ou análises mais detalhadas sobre essas falas, além de desnecessárias ao propósito deste estudo, corre o risco de

retirar a riqueza de emoção expressada pelos alunos. Entendemos que as declarações aqui expostas são suficientemente claras e transparecem o conhecimento construído por cada participante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário onde pessoas são discriminadas pela cor de sua pele, dentro de uma sociedade que segrega a população negra desde a escravidão, precisamos pensar formas de promover uma igualdade racial para caminhar rumo a uma sociedade mais justa e fraterna.

Vemos a mídia reproduzir diversos pensamentos e estereótipos racistas em seus comerciais, filmes e programas humorísticos. E, mais ainda, vemos a imprensa reforçar esses estereótipos e não representar a população negra em toda a sua complexidade de cultura e valores, contribuindo para a manutenção de uma identidade cultural frágil e submissa.

Sabemos da grande influência da mídia no comportamento de uma sociedade, seja na propagação e reforço de ideologias ou no estímulo à mudança de pensamentos e atitudes.

É nesse contexto que se deu a presente pesquisa, como uma tentativa de identificar uma forma de promover a igualdade racial na imprensa para, a partir da influência do jornalismo no comportamento social, contribuir para uma mudança estruturada de pensamento e de comportamento na sociedade brasileira.

Considerando a histórica vulnerabilidade dos negros no Brasil, resultado de heranças como escravidão, colonização e discriminação, temos como pergunta que norteou esta pesquisa: Como a Educação das Relações Étnico-Raciais pode contribuir para a superação do racismo e a promoção da igualdade racial na imprensa do Amapá?

Partindo dessa inquietação, o objetivo geral deste trabalho foi analisar as possibilidades teórico-metodológicas no campo da Educação das Relações Étnico-Raciais enquanto caminho para a superação do racismo e promoção da igualdade racial na imprensa do Amapá.

E os objetivos específicos foram refletir sobre os diálogos entre as áreas de Comunicação e Educação na promoção do Desenvolvimento Regional; analisar a situação do negro no Brasil e o comportamento da mídia com relação à questão racial no país, além de compreender como a Educação pode colaborar para a promoção da igualdade racial na imprensa do estado do Amapá.

Como caminho para esse objetivo, buscamos a Educação das Relações Étnico-Raciais através de uma metodologia colaborativa que envolveu um grupo de

alunos dos cursos de graduação em Jornalismo na cidade de Macapá, capital amapaense.

Percebemos que trabalhar a futura geração de profissionais jornalistas seria uma alternativa com mais chances de êxito nesse objetivo ousado de contribuir para um futuro onde não haja mais racismo.

O desenvolvimento desta pesquisa foi bastante complicado, com diversas barreiras e pouco incentivo acadêmico. Pelo contrário, por vezes fomos levados a questionar a viabilidade e a importância deste trabalho para a academia, durante as aulas no mestrado. É triste perceber que o racismo é ignorado também na academia, em uma tentativa de “jogar para debaixo do tapete” uma discussão tão séria e importante para o desenvolvimento de nossa sociedade.

Fingir que não existe racismo é uma maneira cruel de invalidar a discussão e calar a voz de quem sofre todos os dias em busca de igualdade. Fingir que não existe racismo é ignorar as lágrimas da criança que se esforça toda manhã para alisar seu cabelo em frente ao espelho antes de ir para a escola, na tentativa de ser aceita por uma cultura branca. Fingir que não existe racismo é ignorar todas as mortes e espancamentos que ocorrem diariamente no Brasil e no mundo por questões raciais. Fingir que não existe racismo é invalidar o trabalho e o estudo de inúmeros pesquisadores, brancos e negros, que se esforçam para dar um passo a mais rumo à igualdade. E isso, nós não vamos permitir.

Esta pesquisa proporcionou diversas descobertas e diversos despertares, não somente para o autor, mas para todos os que dela participaram. É uma sensação única, presenciar e participar da construção de conhecimento como aconteceu durante esta ação colaborativa. Gostaríamos que todo educador pudesse ter o privilégio de experimentar essa sensação real ao menos uma vez em sua carreira.

Como resultado principal deste trabalho, vimos pessoas se transformando através da Educação. Futuros jornalistas se despidendo de velhos conceitos e abraçando uma nova visão de mundo ao assumir uma perspectiva de igualdade racial. Dessa forma, o resultado desta pesquisa nos traz esperança.

Esperança de que, através da Educação, mais e mais pessoas possam se transformar. Esperança de que estejamos mais próximos de um futuro onde não exista mais o mito e, sim, a democracia racial de fato, em sua plenitude, respeitando

e abrigando todas as diferenças. Pois somos seres únicos. Cada um de nós merece ser respeitado e valorizado por nossa complexidade.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para novas pesquisas nessa área, para novos passos rumo a essa realidade merecida. E que futuros pesquisadores do racismo, ao se depararem com os diversos obstáculos que possam surgir, não desistam. Que este trabalho sirva de alento. Um lampejo de conforto em meio a essa luta diária pelo simples direito de ter voz.

Esperamos que este trabalho seja voz.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ALLGAYER, E. **Escravidão – negros & índios**: realidade, histórias e mitos. Porto Alegre: Rígel, 2005.
- ANDI. **Imprensa e Racismo**: Uma análise das tendências da cobertura jornalística. 2012. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/publicacao/imprensa-e-racismo>>. Acesso em: abril de 2017.
- ANDRADE JR., J. M. **Educomunicação**: refletindo o perfil do educador em Minas Gerais. 42 f. Monografia (Graduação) - Bacharelado em Comunicação Social, Universidade Federal de Viçosa, 2004.
- ARAÚJO, V. T.; ROCHA, L. V. **Jornalismo e Desenvolvimento**: Uma breve reflexão teórica. In: CANÇADO, A.; PINHEIRO, L.; RODRIGUES, W. (Orgs.). Desenvolvimento Regional: Uma discussão interdisciplinar. Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins / EDUFT, 2015.
- BARRETO, A. C. J. **O lugar dos negros pobres na cidade**: estudo na área de risco do bairro Dom Bosco. 2010. 136 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- BATALLER, M. A. S. **O estudo da gentrificação**. Revista Continentes, Rio de Janeiro, UFRRJ, ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART1.pdf>>. Acesso em: set. 2016.
- BERNARDINO, J. **Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000200002>. Acesso em: janeiro de 2018.
- BLOG LOLCOS. **Empregada X patroa**. Disponível em: <<https://lolcos.wordpress.com/>>. Acesso em janeiro de 2017.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada. **Alfabetização e Diversidade**: Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.
- _____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF. 2012. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: janeiro de 2018.

_____, Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: janeiro de 2018.

_____. **Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969**. Promulga a convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Brasília, DF, 1969. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em jan. 2016.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em jan. 2016.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em jan. 2017.

_____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em jan. 2017.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em jan. 2017.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPOS, A. O. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes**. 2006. 392. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/680588.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

CARREIRA, D. **Guia metodológico - educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar**. São Paulo: Ação Educativa, 2013. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wpcontent/uploads/2013/12/Guia_Metodol%C3%B3gico.pdf>. Acesso em: janeiro de 2018.

CARRIL, L. **Quilombo, favela e periferia: A longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume, 2006.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DOMINGUES, P. **O recinto do sagrado**: Educação e antirracismo no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v.39, n.138, p.963-994, set/dez. 2009.

DUARTE, A. C. **A constitucionalidade das políticas de ações afirmativas**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2014 (Texto para Discussão nº 147). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: janeiro de 2018.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. **A redenção de cam**. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: janeiro de 2018. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ESPÍRITO-SANTO, P.S. M. F.; OLIVEIRA, P. T.; RIBEIRO, D. F. **O conceito de desenvolvimento social sob a ótica do pensamento complexo**. In: Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas – Centro Universitário de Franca Uni-FACEF – 29 e 30 de outubro de 2008. Disponível em: http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/D/D_160.pdf. Acesso em: out. 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Vitória – ES, 2007. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf> Acesso em: outubro de 2016.

FIGUEIREDO, D. A. **Espaços negros urbanos**: Segregação e preconceito nas cidades brasileiras. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – Anais do VII CBG, Vitória-ES, 2014. 9 p.

FOSTER, E. L. S. **Garimpendo pistas para desmontar racismos e potencializar movimentos instituintes na escola**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2015.

FRANCISCO, W. C. E. **Aspectos da população do Amapá**; Brasil Escola. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-populacao-amapa.htm>. Acesso em janeiro de 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FREYRE, G. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora, 2012.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e escrava – uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Secretaria Estadual Antirracismo**. Disponível em: <<http://www.contraracismo.pr.gov.br>>. Acesso em: outubro de 2017..

GUARESCHI, P. A.(Coord.); LAZZAROTTO, G.; ROSSI, J.; GUARESCHI, N.; CZERMAK, R. **Comunicação e controle social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. S. Paulo, Ed. 34, 1999. IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab3.pdf. Acesso em setembro de 2016.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2014**. Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Rio de Janeiro, IBGE, 2015b.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALEZ; HASENBALG. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

JUSTIÇA FEDERAL, Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **JF sentença ação civil pública dispensando diploma para exercício da profissão de jornalista**. Publicado em 10 de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/273621>> Acesso em: out. 2016.

LACERDA, C. R. **Pesquisa colaborativa**: Contribuições para a formação dos professores do ensino superior. In: EdUECE - Livro 2. Didática e Prática de Ensino na relação com a Formação de Professores. Disponível em: <<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/PESQUISA%20COLABORATIVA%20CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES%20PARA%20A%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DOS%20PROFESSORES%20DO%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>>. Acesso em: abril de 2017.

LAGE, N. **Estrutura da Notícia**. São Paulo: Ática, 2002.

LAGE, N. **Linguagem jornalística**. 8. Ed. São Paulo: Ática, 2007.

LIBENCE, P. **A representação social da mulher negra nos programas de TV**: do estereótipo à sexualização. Disponível em <<https://escrivencia.wordpress.com/2013/11/22/a-representacao-social-da-mulher-negra-nos-programas-de-tv-do-estereotipo-a-sexualizacao/>>. Publicado em 22/11/2013. Acesso em novembro de 2016.

LOBO, B. N. L. **A discriminação racial no Brasil**: Verdades e mitos. In: V Seminário Sociedade Inclusiva, Diversidade e Sustentabilidade. Belo Horizonte, out. 2008. Disponível em <proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/>. Acesso em janeiro de 2016.

MARIANI, D. *et al.* **Mapa revela segregação racial no Brasil**, 2015. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segregação-no-país>>. Acesso em: setembro de 2016.

MARIN, R. E. A.; GOMES, F. **Reconfigurações coloniais**: Tráfico de indígenas, fugitivos, e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XVII e XVIII). *Revista de História*. Vol. 149 (2º, 2003), p. 69-107.

MARTINS, C. A. M. **Racismo anunciado**: O negro e a publicidade no Brasil (1985-2005). 2010. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. DOI:10.11606/D.27.2010.tde-04042010-182647. Acesso em: junho de 2017.

MATOS, O. C. F. **A escola de frankfurt**: Luzes e sombras do iluminismo. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 1993.

MELO, J. M. **Jornalismo opinativo**. Ed. Matiqueira. 3. Ed. 2003.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: as abordagens do processo (Temas básicos da educação e ensino). São Paulo: EPU, 12ª reimpressão, 2001.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. André Augusto P. (Org). Niterói: EdUFF, p. 16-34, 2000.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: BRANDÃO, A. (Org) Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Ed. UFF: Niterói-RJ, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb%205%20-%20Texto%20Kabenguele%20Munanga.pdf>> Acesso em: fevereiro de 2017.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho escravo no Brasil do século XXI**. 2006. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/trabalho_escrav_o_no_brasil_do_%20seculo_%20xxi_315.pdf>. Acesso em janeiro de 2017.

PENTEADO, H. D. **Televisão e escola**: Conflito ou cooperação. São Paulo: Cortez, 1991.

PEREIRA JÚNIOR, L. C. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PESSOA, M. do N.; VENERA, R. A. L. S. **Discursos e tensões sobre o enobrecimento e apropriações dos negros na fortaleza de São José de Macapá**. I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina - "Patrimônio Cultural: Saberes e Fazeres Partilhados", Florianópolis, SC, 2013. 11 p.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Seminário discute racismo institucional e busca sensibilizar sociedade para o enfrentamento do problema**. Publicado em 14 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4071>>. Acesso em janeiro de 2016.

RATTS, A. **Temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzales**, In: SANTOS, R. E. (Org.). Questões urbanas e racismo. Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates. Petrópolis, RJ: ABPN, 2012.

SANTOS, S. A. **Ação afirmativa ou a utopia possível: O perfil dos professores e dos pós-graduandos e a opinião destes sobre ações afirmativas**. Brasília: ANPEd / 2º Concurso Negro e Educação, mimeo, 2002.

SCHNEIDER, M. **Mídia, política e ideologia**. In: Revista Fronteiras – estudos midiáticos. VIII (1): pp. 54-61, janeiro/abril 2006, Unisinos. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6117/3293>>. Acesso em: abril 2018.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira**. Coleção Agenda Brasileira. S. Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. S. Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SOUZA, A. C. M. **Análise do planejamento urbano de um espaço em transformação: As cidades de Macapá e Santana na perspectiva do desenvolvimento local**. 2014. 120 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Amapá, Macapá – AP. Disponível em: <http://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2016/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O_ANA_CLAUDIAMACHADO.pdf>. Acesso em: setembro de 2016.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TAKIYAMA, L. R. et al. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá: Relatório técnico final**. Macapá: IEPA, 2012. Disponível em: <<http://www.mpap.mp.br/images/PRODEMAC/livros/Livro%20Ressacas.pdf>>. Acesso em: setembro de 2016.

TODOROV, T. **Nós e os Outros: A reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WERTHEIN, J. Apresentação à edição brasileira. In: CARLSSON, U; FEILITZEN, C. V. (Orgs.). **A criança e a mídia**: imagem, educação, participação. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 6. Ed., 2001. (Coleção Textos de Apoio)